

Amf
g



**ATA DA 2ª. REUNIÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA DE JUNTA DE FREGUESIA
DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS E SÃO JULIÃO DA BARRA, PAÇO
DE ARCOS E CAXIAS REALIZADA A 20 DE DEZEMBRO DE 2017**

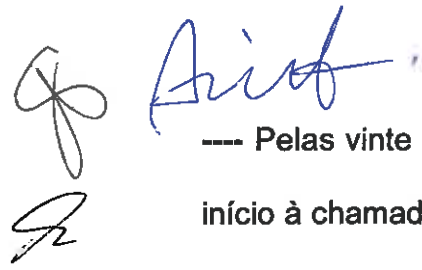
ATA Nº 03/2017-2021

--- Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, sendo Presidente o Senhor Dr. Sérgio Tavares dos Santos, tendo como 1ª. Secretária Ana Margarida Infante Carmo e como 2º. Secretário Adalberto Gomes Monteiro. -----

Intervenção do Público, período não superior a 30 minutos, nos termos do Regimento da Assembleia de Freguesias; -----

- 1. PAOD – Período antes da ordem do dia, período não superior a 1 hora, nos termos do Regimento da Assembleia de Freguesias; -----**
- 2. Aprovação da ata nº.1/2017-2021; -----**
- 3. Eleição do representante da Assembleia de Freguesias na Comissão Municipal de Saúde; -----**
- 4. Apresentação, apreciação e votação da Proposta da Junta Nº. 22/2017 relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal para 2018. -----**

ABERTURA -----



--- Pelas vinte e uma horas, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e deu início à chamada dos membros da Assembleia das Freguesias. -----

--- **Pelo Movimento IN-OV** – Ana Rita Esteves Amaro, Simão Rocio Almeida Correia, João Miguel Marques Freire, Hugo Alexandre Jesus Afonso, Mário João Rodrigues Gomes, Fernando Costa Borges Santos, Horácio António Rodrigues e António Francisco de Carvalho e Silva. -----

--- **Pelo Movimento IOMAF** – Maria do Céu Messias Ramalhete, Pedro Filipe Fidalgo Marques e Miguel Alexandre Brito Campos. -----

--- **Pelo Partido Socialista** – José Carlos Martins Oliveira e Maria de Fátima Brito Filipe. -----

--- **Pelo Partido Social Democrata** – Joana Santa Marta. -----

--- **Pelo Centro Democrático Social** – José António Marques Barrento. -----

--- **Pela Coligação Democrática Unitária** – Rogério Guerreiro Vidal Pereira. -----

--- **Pelo PAN - Pessoas, Animais e Natureza** – Carlos Alberto Gomes Ricardo. -----

--- **Pelo Bloco de Esquerda** – Vitor Manuel Abranches Viegas. -----

--- Estão ainda presentes, em representação do Executivo da União das Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, a sua Presidente, Maria Madalena Silva Castro, João Carlos Lobato Cortesão, Secretário, Cátia Pereira Franco Bonito, Tesoureira e respetivos Vogais, Artur Alberto Claro Campos, Maria Fernanda Justo Teixeira e Maria Alexandra de Brito Leite. -----

A eleita Senhora D. Cristina Isabel Bastos Fachadas Amante, informou que não poderia estar presente na assembleia de Freguesia do dia 20 de Dezembro de 2017, pelo que nos termos do disposto do ponto 1 do artigo 79º foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do IV-OV, a Senhora D. Carla Maria Machado Antunes, que informou através de comunicação que será passada a escrito, não poder estar presente, solicitando a substituição, que foi executada através do

Amf
D

cidadão imediatamente a seguir, o Senhor António Francisco de Carvalho e Silva. ---

O eleito Senhor Nuno Miguel Trindade Gusmão, informou que não poderia estar presente na Assembleia de Freguesia do dia 20 de dezembro de 2017, pelo que nos termos do disposto do ponto 1 do artigo 79º foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do Centro Democrático Social, o Senhor José António Marques Barrento. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

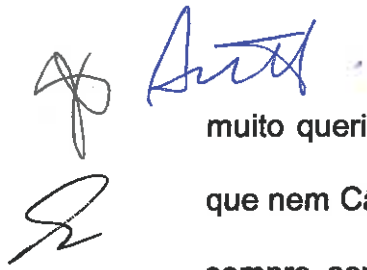
Boa noite a todos. -----

Damos início nos termos do regimento ao período de intervenção pública, recorde que este não deve exceder o total de trinta minutos, assim sendo e tendo cinco inscrições efetuadas, pelo que o uso da palavra respeitará cerca de seis minutos por intervenção individual, pela devida ordem, Senhor José Manuel Reis Marreiro. -----

--- Interveio o Senhor José Manuel Reis Marreiro para dizer o seguinte: -----

“Muito boa noite. Só para duas pequenas questões, uma relativamente ao chafariz, junto ao antigo matadouro que há talvez um ano, estão partidos os dois pilares em pedra, que protege o muro que dá acesso à parte de abaixo do fontanário, aquilo é um monumento, muito querido da população e estar as pedras no chão lá em baixo, até que alguém as leve para as por na quinta, que é o que costuma acontecer ai nos monumentos, para venderem nas lojas de antiquários, penso que é só colar, se realmente os serviços podem tratar desse assunto, o mais rápido possível, antes que as pedras desapareçam, não sendo obras de arte são pedras já com alguma antiguidade que possivelmente hoje já não são fáceis de fazer igual. -----

Passando a outro chafariz, o chafariz do Murganhal, tem uma longa história de arranja, não arranja, avaria, não avaria, tem água, não tem água, pois deixava só o pedido ao Executivo se vi-a a história e se vi-a o que pode lá fazer, no sentido de satisfazer a população, que há mais de duzentos anos que o chafariz lá está e é



muito querido para as pessoas que lá vivem, é sempre um desgosto ouvi-las dizer que nem Câmara, nem Junta, quiseram fazer uma obra bonita e só estragaram, está sempre sem condições. Houve obras grandes que foram feitas em tempos pela Junta, mas que não resolveram, portanto era questão só de rever esse processo. --- Em frente ao supermercado Joaninha no Bugio Farol, provavelmente por força do engrossamento das raízes das árvores, os muretes que envolvem estão levantados, partidos, para além do mau aspeto, ainda por cima, é onde estão os caixotes do lixo, é uma lixeira que está ali permanente, os bancos estão constantemente também a partir, aquele canto precisava de ser revisto, é tudo, obrigado” -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Seguidamente chamo o Senhor José Manuel Carvalho. -----

--- Interveio o Senhor José Manuel Carvalho para dizer o seguinte: -----

“Boa noite. Resido em Paço de Arcos e o problema que coloco, não é certamente desconhecido da boa parte dos eleitos na Assembleia de Freguesia, também não será do Executivo da Junta, porque se trata de falta de transporte, ou seja, de um transporte que sirva quem se desloca ao Centro de Saúde de Paço de Arcos, tem que socorrer-se de dois transportes, duas carreiras que é o 116 e particularmente, a partir do Bairro Joaquim Matias ou seja, conhecido ainda por J. Pimenta, portanto vai no 116 até ao terminal dos Queques da Linha e aí toma outro transporte que é o 111 para o Centro de Saúde, são dois, com evidentes custos, a não ser assim, se não tem automóvel, táxi ou vai a pé e muitas pessoas que residem são de bastante idade, deslocam-se a pé até ao Centro de Saúde, para não gastarem os dois bilhetes de transporte, hoje mesmo, fui até ao Centro de Saúde e constatei duas pessoas com dificuldade, que me disseram que foi com dificuldade que subiram até lá acima, ora bem, este problema não é desconhecido, nomeadamente porque foi objeto de um abaixo-assinado quase há um ano, foi sobretudo subscrito por gente

Avisos
2

que reside no J. Pimenta e foi entregue e com oportunidade de o dizer ao representante do Executivo da Junta, também na Câmara Municipal e aqui na Assembleia e até numa Assembleia que se realizou em Paço de Arcos, creio que em Abril, tive eu a oportunidade de me pronunciar sobre este problema, o que pretendo saber é o que entretanto, foi ponderado pelo Executivo da Junta para solucionar este problema". -----



---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

De seguida, solicito ao Senhor Gustavo Faria que se chegue também ao microfone.

---- Interveio o Senhor Gustavo Faria para dizer o seguinte: -----

"Boa noite a todos. Gustavo Faria, de Caxias. Em primeiro lugar, quero agradecer a graça que me foi concedida por esta Assembleia, democraticamente eleita no dia 01 de outubro de 2017, pelos cidadãos da União das Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e São Julião da Barra, dando-me a oportunidade e dando a oportunidade ao público de falar nesta Assembleia, muito obrigado. -----

Neste sentido, gostaria agora de colocar três questões à Senhora Presidente e ao seu Executivo, relativamente ao programa que foi apresentado aos cidadãos e que prevê uma obra, uma intervenção, no Largo Alves Redol em Caxias, presumo que conhecem o programa, está aqui a maquete, este projeto já foi aprovado em 2013 salvo erro, na antiga Junta de Freguesia de Caxias e foi apresentado por técnicos da Câmara, foi aprovado ou por unanimidade ou por maioria, já não me recordo, mas foi aprovado e portanto, a pergunta que eu faço é, quando é que vão começar as obras no Largo Alves Redol? É urgente, é um local de Caxias que tem altos problemas de segurança para o trânsito, para os peões e problemas graves de estacionamento, a pergunta que eu faço é quando é que está previsto o início da intervenção? -----



A segunda questão e também faz parte do programa apresentado pelo Executivo, tem a ver com uma intervenção na praia de Caxias, para a dotar de meios de infraestruturas para apoio a treinos de provas desportivas, a primeira questão que ponho é, que tipo de provas desportivas é que se pretende criar na praia de Caxias? Presumo que sejam atividades ligadas ao mar, sendo assim, se isto estará pronto para ser utilizado na próxima época balnear de 2018? -----

A terceira questão, também tem a ver com Caxias, o combate ao edificado abandonado e tendo em conta que em Caxias, cinquenta por cento do território está abandonado, gostaria de perguntar quais são as intervenções previstas particularmente, no edifício do Mónaco, no antigo lar de S. Lázaro, no Forte de S. Bruno, no Palácio Real de Caxias, nos edifícios do antigo Instituto Padre António de Oliveira, no convento da Cartuxa, por aí fora, gostaria de saber qual é a intenção do Executivo da Junta para resolver estes problemas, o mais rapidamente possível. ----
Desejo a todos um bom Natal e um excelente ano de 2018.Obrigado”. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Obrigado, igualmente. -----

Seguidamente chamo o Senhor João Luís Ferreira. -----

--- Interveio o Senhor João Luís Ferreira para dizer o seguinte: -----

“Boa noite. Cumprimento a Mesa, o Executivo, os eleitos presentes e o público também presente. -----

Em primeiro lugar, queria saber o ponto de situação das três questões colocadas, na Assembleia de onze deste mês, uma vez que não houve qualquer resposta às minhas questões, gostaria de saber qual é o ponto de situação. -----

Vinha também alertar para a necessidade de se tornar visível alguma da sinalização, recordo particularmente, no cruzamento da Rua de Oeiras do Piauí do Brasil com a Av. do Ultramar, no sentido de Paço de Arcos/ Oeiras, esta sinalização encontra-se

Amil

tapada pela ramagem das árvores. Muito obrigado". -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Seguidamente dou a palavra ao Senhor Alexandre Antunes. -----

--- Interveio o Senhor Alexandre Antunes para dizer o seguinte: -----

"Boa noite a todos. Duas questões, a primeira prende-se com o edifício sede, em tempos foi-nos dito que a sede não tinha condições condignas, para manter a equipa da União das Freguesias e também não servia para receber condignamente os fregueses em reuniões públicas, a minha questão é: pensam mudar o edifício de sede durante este mandato? Constava o boato que poderia passar para a fundição de Oeiras. -----

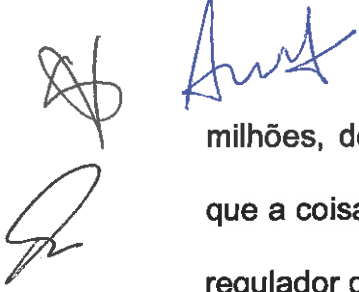
A segunda questão tem a ver com dois colaboradores que a União das Freguesias tem agora, é a Senhora Irene Vicente e o Ex Presidente da Junta de Carnaxide, Jorge Vilhena, não sei se querem responder a isto, no ponto cinco da ordem de trabalhos, ou se querem responder agora, a questão é, se há algum encargo com estes dois funcionários? Se foi mobilidade da Câmara ou não, muito obrigado". -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Reparei há pouco que entrou um senhor já fora de horas, do público, mas que queria falar, chama-se Senhor Vale Henriques, faça favor, muito obrigado. -----

--- Interveio o Senhor Vale Henriques para dizer o seguinte: -----

"Muito obrigado por me ter dado a palavra, peço desculpa de ter chegado atrasado. - Eu pus hoje na minha página do Facebook "a minha terra é Caxias", o problema dos correios, principalmente em Caxias, aliás parece que é do País, os correios foram privatizados e parece que agora estão a dar prejuízo, inicialmente os correios na bolsa tiveram muito boa cotação, dizia-se que se tinham subavaliado e naturalmente a bolsa subiu, agora está a descer, em todo o caso a Administração dos correios vendeu a sede por vinte e oito milhões, acho que o negócio líquido vai ser dezasseis



milhões, depois a situação, vão oitocentos funcionários para a rua, etc., e parece que a coisa está mal, aliás o Presidente da República, hoje chamou a atenção que o regulador devia ver se estava a ser cumprido o que estava contratado. -----

Em relação a Caxias, queria perguntar à Senhora Presidente da União das Freguesias, se há custos para a Freguesia, quem é que paga a permanência dos correios no edifício da Junta de Freguesia? Quem é que paga? É do orçamento da Freguesia? Se isso acontece é muito estranho, depois de uma privatização, os nossos impostos é que vão pagar uma privada, é muito estranho, eu gostava de saber, em todo o caso, se está à disposição o acordo que foi assente, entre os correios e a Junta de Freguesia, muito obrigado”. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Findo o período da intervenção do público, e porque não há mais inscrições, dou a palavra à Presidente do Executivo para o caso de querer responder ou esclarecer as intervenções do nosso público, segundo o regimento, esta tem dez minutos no máximo, agradeço a sua palavra. -----

--- Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

Boa noite a todos. -----

Começaria por dar algumas informações de acordo, com as intervenções que foram feitas. -----

O Senhor José Manuel Reis Marreiro colocou a questão, junto ao chafariz do antigo matadouro, este chafariz em tempo foi recuperado, há grandes problemas com o abastecimento de água e também com a circulação automóvel ali naquela zona, a Junta de Freguesia só pode interceder, junto das zonas que são demarcadas pela Câmara, isto é uma zona considerada de núcleo antigo, nós vamos tentar saber junto do departamento de projetos especiais, se podemos ajudar a fazer alguma coisa naquela zona, mas o que é facto é que, a recolocação de pilaretes e a

Aní
Qu

recuperação de património histórico que é o caso, embora seja relativamente pequeno, mas é a história de Paço de Arcos que está ali, vamos saber se podemos dar alguma ajuda e algum contributo. -----

Relativamente à questão que colocou do chafariz do Murganhal, como sabe ele foi recuperado, há cerca de dez anos se a memória não me falha, pelo então Presidente Viana, que fez ali um trabalho fantástico em colaboração com a Câmara Municipal de Oeiras, ele supervisionou muito bem a obra, na minha perspetiva, quem pagou foi a Câmara obviamente, porque as Juntas de Freguesia não tem orçamento para estas obras, mas o que é facto, é que ficou bastante bem, o que nunca se conseguiu, ainda se tentou fazer vários ensaios, é que a água das minas estivesse sempre a correr, portanto está ali um elemento estético, também faz parte da história do Murganhal, mas que dificilmente tem água própria e própria para consumo, porque ela tem que ser testada como os senhores sabem, e há pouco tempo passei por lá e realmente, pelo menos no dia em que passei, não estava a correr água, não sei, desconheço, se há muito tempo ou pouco, por vezes sei que também a água é bloqueada, não sei se é o caso, porque não está própria quer para os gatos e cães beberem, quer para os humanos e isso como sabe não é possível, mas que o chafariz foi recuperado e foi muito bem recuperado e aqui deixo uma palavra de agradecimento ao Ex Presidente Viana, que se interessou imenso por aquele chafariz e realmente, conseguiu fazer ali um trabalho bastante agradável, bastante proveitoso para a freguesia de Caxias e particularmente, para a localidade do Murganhal. -----

Relativamente à questão que coloca das raízes das árvores, é um problema um pouco por todo o concelho, são os passeios, são os canteiros ajardinados, são as estradas, pessoalmente, já tentei sensibilizar o Senhor Presidente da Câmara, para uma nova política de arborização do concelho, nós ainda não sentimos muito isso,



mas inclusivamente, as árvores de algum porte, para além de danificarem o espaço público, também danificam com alguma frequência os esgotos e tudo o que é canalização do edificado. -----

Relativamente ao Senhor José Manuel Carvalho, falta de transporte, é segundo a nossa opinião, o maior problema do concelho de Oeiras, estou a falar de transporte público, porque transporte privado somos o concelho mais motorizado do país, não sei se os presentes sabem, mas temos dois virgula sete viaturas por fogo e portanto, não temos autocarros porque temos carros, andamos de carro porque não temos transporte público, a operadora que está licenciada no concelho que é a VIMECA e nalguns casos a SCOTUR e finalmente a Carris ali na zona de Miraflores, dizem que não há procura e portanto, isto é um círculo vicioso, o compromisso do Senhor Presidente que ele transmitiu na ultima Assembleia Municipal, foi que está a estudar para que no primeiro semestre de dois mil e dezoito, os cidadãos de Oeiras possam ter uma alternativa de transporte dentro do concelho, poderem de uma forma mais ecológica, movimentar-se em transporte coletivo e não sempre na sua viatura individual, mas é tudo o que lhe posso dizer, nós concordamos com tudo em absoluto, mas a questão do transporte público é uma questão que tem que ser devidamente estudada e ponderada e como todos sabemos são investimentos pesados, são investimentos que requerem alguma divulgação e sensibilização pública para que não aconteça o que noutras situações já aconteceram, os autocarros a circular com três, quatro pessoas, isso também não é bom para o ambiente, andam a poluir e não tem ninguém lá dentro, tanto quanto sabemos é uma questão que está a ser estudada tecnicamente, para talvez no primeiro semestre ou durante o ano de dois mil e dezoito, se conseguir ter alternativa para transporte coletivo. -----

O Senhor Gustavo Faria, referiu que lhe foi dada a oportunidade de falar, eu só

queria dizer que sempre houve oportunidade de falar, em todas as Assembleias de Freguesia com os anteriores Presidentes, não só com a União de Freguesias de Oeiras, São Julião, Paço de Arcos e Caxias, como também com os outros Presidentes e portanto, não é só nesta, nesta também há obviamente, mas no passado também houve a possibilidade dos cidadãos poderem vir aqui ou noutro espaço onde as Assembleias se realizem e usar a sua palavra. -----

O Largo Alves Redol foi aprovado pela Câmara em 2012/2013, mas nunca foi consensualizado com os comerciantes de Caxias, isto é, foi apresentado na Junta de Freguesia de Caxias, eu própria o fiz com os técnicos da Câmara, porque na altura tinha o pelouro das obras, mas não reuniu consenso particularmente das áreas comerciais, na altura era um projeto diferente daquele que os senhores viram atualmente nos outdoors e aquilo que posso transmitir é que das prioridades que foram pedidas ao Executivo da União das Freguesias, para que a Câmara intervenha no concelho, as grandes prioridades foram a localidade de Caxias e esta foi uma delas, o projeto é diferente, o projeto não tem nada a ver com o projeto anterior, posso dizer que este estudo prévio, no fundo aquilo é um estudo prévio que se visualiza nos outdoors, requer negociações com o Ministério da Justiça, com o Ministério da Defesa, vamos ver se as coisas correm bem, porque como está, aquele Largo não está bem e requer de facto, ali de uma requalificação profunda até para que Caxias que tem quase só aquela zona central, possa ter outra dignidade e possa ser um local mais aprazível para os moradores daquela zona, o início das obras não posso dizer para quando é que vai ser, esperemos que seja rápido e que finalmente, neste mandato se faça alguma coisa ali no Largo Alves Redol. -----

A praia de Caxias, dotar de meios para provas desportivas, esta situação tem que ser consensualizada com a APL, com o Porto de Lisboa, enfim, eu estive a representar o município de Oeiras, num encontro da Associação Nacional de



Antes

Municípios Portugueses, em Portimão, a Presidente da Câmara de Portimão teve uma frase que eu não vou conseguir reproduzir integralmente, mas que dizia que a frente ribeirinha de Portimão que ia de "x a y" quando precisava de fazer alguma coisa, tinha de falar com catorze entidades, era a policia marítima, a APL lá da zona, era o instituto de socorros a náufragos, a agencia portuguesa do ambiente, eram catorze entidades e de facto, por vezes os autarcas queriam andar com outra celeridade e não é fácil, consensualizar-se situações com todas estas entidades. ----

Relativamente ao Forte de S. Bruno e a todos os edifícios classificados que tem sede em Caxias, infelizmente, estão como todos sabemos, são tudo edifícios sob a responsabilidade da Administração Central. Eu tive oportunidade de estar com os Amigos da Cartuxa, na semana passada ou há duas semanas e reparei realmente que é uma pena, porque nós estamos ali a assistir quer a concertos de musica, quer a palestras e estamos a levar com calíça na cabeça, eu e a senhora que estava a meu lado, recebemos uma chuvadas do teto da igreja e é uma pena, para além dos claustros, que estão completamente degradados, se a administração central não faz nada, era bom que entregasse a quem fizesse, isto se passa com a Quinta Real de Caxias, se passa com outras zonas muitos bonitas e muito agradáveis de Caxias que cada vez se tornam mais difíceis e mais dispendiosas de recuperar. -----




O Senhor João Luís Ferreira, pergunta qual o ponto de situação das questões colocadas da última Assembleia de freguesia, eu peço-lhe imensa desculpa não trouxe a minha cábula, penso que respondi a todas as questões que foram colocadas, mas irei ver a ata anterior e na próxima reunião, tentarei esclarecer e dar as informações que solicitou. -----

O Senhor Alexandre Antunes referiu a questão dos edifícios, onde está sediada a sede e as delegações da freguesia, de facto, não tem condições de trabalho para as pessoas e todos nós sabemos que não têm e penso que por maioria de razões o

Amf
A

Senhor Alexandre sabe que não têm, porque fez parte do Executivo anterior. Se os dois colaboradores que estão na Junta, estão a ser pagos pela Junta, não, a Junta não gasta um cêntimo com os colaboradores que estão pelo menos numa fase inicial, a dar alguns contributos valiosos para nós levarmos a bom porto, o trabalho a que nos propusemos, porque a grande maioria deste Executivo tem atividade profissional, e, portanto, quem vier por bem e quem nos queira ajudar é bem-vindo. -

Relativamente aos CTT de Caxias, é uma questão que não é só de Caxias, é de Caxias onde a população tem menos apoios e o acordo foi feito numa época em que os CTT ainda eram uma entidade pública e com o chapéu da ANAFRE- Associação Nacional de Freguesias, volto a dizer era uma entidade pública, atualmente já não são, de todo o modo, é um problema que a Junta e a Assembleia de Freguesia vão ter que encarar daqui a algum tempo, particularmente quando nós tivermos pareceres oficiais que são vinculativos, sobre a questão de estarmos a despender até 19 de dezembro de 2017, isto é, de 01 de janeiro a 12 de dezembro de 2017, cerca de treze mil cento e cinquenta euros, nós estamos a despender com os CTT que é uma empresa privada, treze mil cento e cinquenta euros, o espaço de Caxias na altura em que foi protocolado, como já estava sobre a posse da Junta de Freguesia de Caxias na altura, não havia Uniões de Freguesia, é bastante menos oneroso, porque não tem encargos de arrendamento, mas o de Nova Oeiras é pesado, de todo o modo, a Junta está a prestar um serviço, a uma empresa privada que tanto quanto sabemos, anuncia aquilo que anuncia, fecho de postos de correios, não valoriza o serviço público que inicialmente era o que eles faziam, era valorizar o serviço público e atualmente, o que se ouve dizer é que querem ser um banco. Portanto, estas questões sendo da Junta, por um lado fazem um serviço à população de proximidade, são essencialmente da Administração Central e de quem negociou o contrato de privatização com os CTT que eu desconheço, mas que tem



este impacto na vida das pessoas e também na vida das entidades públicas que eu já disse e volto a repetir, todo o dinheiro que gerarem e que gerirem são para aplicar no bem público. E é tudo. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Sendo assim e não havendo mais assunto, vamos passar ao PAOD, período que cabe às bancadas da Assembleia. -----

--- Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS, para dizer o seguinte: -----

Gostaria de fazer uma interpelação à Mesa, Senhor Presidente. -----

Esta Assembleia está reunida e para não complicarmos a situação, porque o que queremos é trabalhar e resolver os problemas dos cidadãos e encontrar soluções, eu levanto a questão que, na verdade, nós não temos um regimento, este regimento não está em vigor, se este regimento estiver em vigor, neste caso o que acontece por exemplo, a atribuição de tempo aos partidos não prevê naturalmente o IN-OV que não fazia parte da Assembleia anterior, à parte da semântica o que é facto, é que temos aqui um bloqueio, que eu proponho que se resolva já, se chegarmos todos entre nós a acordo, com uma nova divisão de tempo. -----

--- Interveio o Senhor Mário Gomes do IN-OV para dizer o seguinte: -----

Boa noite Senhor Presidente da Assembleia, Boa noite Senhora Presidente da União das Freguesias, Executivo, colegas de bancada, excelentíssimos fregueses presentes aqui no auditório. -----

Eu quero apresentar duas propostas, com base e de acordo com o art.º 34.º do nosso Regimento que visa falar no que diz o membro do PS, alterar os tempos de intervenção dos membros da nossa Assembleia e também a constituição de um grupo de trabalho, na segunda proposta para alteração do nosso regimento, para o mandato 2017-2021, para que de facto, estas situações fiquem resolvidas de vez, vou entregar ao Senhor Presidente as duas propostas por parte do IN-OV. -----

Assinatura

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa, para dizer o seguinte: -----

Tenho aqui uma proposta de recomendação entregue pelo líder do IN-OV, Senhor Mário Gomes com o seguinte assunto que passo a ler: -----

--- *Uso da palavra dos Partidos ou movimentos representados na Assembleia de Freguesia de Oeiras e S. Julião, Paço de Arcos e Caxias (ANEXO UM)* -----

Antes de avançar para a segunda proposta que me foi entregue, proponho para admissibilidade, vou propor à Assembleia a votação por braço no ar para aceitação desta proposta, para posterior discussão. -----

A proposta foi aceite para discussão, aprovada por unanimidade dos vinte e um presentes. -----

Vamos entrar na discussão de imediato, se algum deputado quiser usar da palavra, faça favor. -----

--- Interveio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte: -----

Boa noite Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Executivo, colegas e ao público presente. -----

Se bem se recordam, a minha primeira intervenção na Assembleia anterior, foi exatamente, para chamar a atenção, sobre a necessidade urgente de se promover pequenas alterações do regimento, sendo que não seria possível, até por esta situação, continuar a seguir o regimento anterior, a minha proposta que mantenho é que em vez de se nomear uma comissão, que o processo agora seguido pela bancada do IN-OV, seja seguido de um modo geral, para todo o conteúdo do documento, isto é, em vez de estarmos a criar mais uma comissão, que vai tratar do regimento, eu mantenho a minha sugestão, das forças políticas entre esta Assembleia e a próxima, enviarem para o Presidente da Mesa, o conjunto de propostas de alteração e elas virem a esta Assembleia para serem em definitivo, apresentadas, isto é, eu estou a fazer uma intervenção que é simultaneamente uma



proposta. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

O que eu estava a solicitar era um debate, relativamente aos tempos que aqui são propostos, compreendo o que está a dizer e tem razão nesse aspeto, mas neste momento o que eu peço, é objetividade no que diz respeito a esta proposta, portanto estamos a discutir os números em termos de tempo, nesta proposta que foi aceite para discussão. -----

--- Interveio Pedro Marques do IOMAF para dizer o seguinte: -----

Boa noite ao Executivo, à Mesa, aos colegas e ao público. -----

Aqui a nossa questão é, apesar de estarmos a discutir os tempos, isto foi surpresa, a questão que nos prende é, se vamos discutir regimento com comissão ou não, não faz sentido estarmos agora aprovar tempos avulso, ou temos uma metodologia ou temos outra, o que nós propomos é havendo uma comissão, é termos algo que é provisório até ser discutido o regimento na sua íntegra e não agora, algo que vem desgarrado, não quer dizer que não é necessária esta alteração, mas achamos que deve ser debatida, ser uma medida que está em vigor como temporária até ser resolvida a questão ou então estamos a discutir uma alteração ao regimento. -----

--- Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS, para dizer o seguinte: -----

Eu acolho com todo o respeito a proposta do meu colega, mas eu entendo é que nós temos pouco tempo e, portanto, conviria avançarmos com mais rapidez desde que eficazes e dentro do quadro legal, obviamente, parece-me que as duas exigências estão satisfeitas, poderíamos avançar, apesar da proposta que repito, respeito, mas poderíamos avançar, estando em discussão esta proposta, porque não passar à votação, se enfim, estiverem todos de acordo. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Se estiverem todos de acordo, iremos passar à votação propriamente dita da

proposta, novamente de braço no ar. Estamos a votar uma proposta apresentada pelo líder do IN-OV, no sentido de, dado que ainda não temos o regimento atualizado, relativamente a vários aspetos, atualizar estes timings para cada um dos nossos membros poder falar. Há uma proposta com os novos tempos.-----

----- Interveio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte: -----

A minha dúvida foi a seguinte, é que a proposta que está aí que o regimento não contempla, o PAN e IN-OV não estão lá, tive a sensação que tinha sido o camarada do PCP que entregou e depois como ele levantou a mão contra, foi aí que tive dúvida, o que é que estamos a votar. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Poderia acontecer, mas não, foi o camarada do IN-OV. -----

Proponho à votação esta proposta de recomendação que tem a ver com o uso da palavra dos partidos ou movimentos representados na Assembleia de Freguesias.

A proposta foi aprovada por maioria com dezasseis votos a favor, quatro abstenções e um voto contra da CDU. -----

Seguidamente temos a outra proposta que foi entregue à Mesa e que passo a ler:

“Constituição de Grupo de Trabalho para revisão do Regimento para o mandato 2017-2021 (ANEXO DOIS) -----

Vamos pôr à votação no sentido da aceitação desta proposta. -----

A proposta foi aceite para discussão, aprovada por unanimidade dos vinte e um presentes. -----

Abro à discussão da Assembleia a proposta. -----

----- Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS, para dizer o seguinte: -----

Isto não podemos adivinhar porque depende do número de alterações que algum movimento ou partido queira propor, se as alterações forem pouquíssimas, justifica-se perfeitamente, a proposta do meu colega Rogério Pereira, não vale a pena estar

Aula
S
a criar um grupo de trabalho, pode ser por email, a questão é quem é que coordena, deve ser a Mesa, se realmente na intenção dos movimentos ou partidos, está a propor um conjunto alargado de alterações, então tem que se criar um grupo de trabalho, não pode ser por email e portanto, eu estou aqui um bocado dividido nisto, porque o grupo de trabalho tem lógica, acho é que é capaz de não valer a pena, mas isso repito, depende da quantidade de alterações, por isso, se calhar o melhor é paciência, criar o grupo de trabalho. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Compreendo perfeitamente o que diz e seria mais célere se fosse dessa forma. Mas não sabemos em concreto o que cada grupo de trabalho pretende também introduzir de alterações. Espera-se que seja uma coisa simples e espera-se que seja célere, mas nós não sabemos isso de antemão. -----

--- Interveio o Senhor Miguel Campos do IOMAF para dizer o seguinte: -----

Boa noite à Mesa, ao Presidente e aos Secretários, ao Executivo, à Presidente e aos vogais, ao público e aos colegas de bancada. -----

Dizer só que, da experiencia da criação das comissões, sempre que se inicia um novo mandato, é tradição haver sempre uma comissão, as pessoas estão habituadas a que exista essa comissão, efetivamente se a comissão é mais prática ou menos pratica, se daí advém ou não advém um conjunto de alterações que são aquelas que deverão acontecer, para além daquela que já votamos aqui que tem a ver com a questão dos tempos, porque se não, à partida havia partidos ou movimentos que não podiam falar, isso é notoriamente necessário, por isso foi também já votado, dizer que, a criação de uma comissão é um espaço importante, onde normalmente a Presidente do Executivo, está presente e as pessoas discutem os temas que entendem que devem ser melhorados, nós em relação ao regimento do ultimo mandato, detetamos que algumas coisas tem que ser melhoradas,

portanto até a contribuição das pessoas que já cá estiveram pode ser importante, para ainda melhorar mais o documento que está em constante melhoria, acho que é importante e interessante criar a comissão. -----

--- Interveio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte: -----


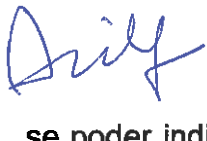
É preciso que se diga que a CDU não tem nada contra a existência e o funcionamento de comissões, só entravamos aqui com o fator de simplificação de processos, agora, relativamente ao conteúdo dessa proposta, por exemplo, a CDU, o PAN, o Bloco, não pode nesses termos, avançar ao nível dos eleitos com um presente e um suplente, pode ir buscar à lista, a redação tem que ser ajustada, porque há uma diferença entre se dizer, os eleitos ou os membros da lista, é um aspeto meramente formal, mas em coisas deste tipo, os aspetos meramente formais pesam. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Vou dar a palavra à Presidente do Executivo. -----

--- Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

Peço desculpa, porque isto é um assunto da Assembleia de Freguesia, de qualquer forma, só podem integrar nas comissões os eleitos, ninguém mais pode integrar esta comissão, a não ser que fique expressamente dito, que em caso de doença grave, a pessoa pede suspensão e tem que ser substituída na Assembleia por dois, três, quatro meses, esperamos que não aconteça isso com ninguém, nesse caso é essa pessoa que integra a comissão, mas eu acho que nós estamos a complicar um bocadinho, se me permitem, acho que a sugestão que o Sr Rogério referiu é excelente, assim como a do Sr Miguel também, há muitas maneiras hoje de trabalhar em comissão, as pessoas podem mandar contributos via email, podem telefonar, podem dar já o seu testemunho da sua experiência e depois a Mesa, consensualiza todos os contributos que vai recebendo, independentemente de aqui

se poder indicar PSD Joana, IOMAF Dra. Maria do Céu ou Dr. Miguel ..., podemos começar a trabalhar para isto ser mais rápido, também não me parece que haja tantas alterações assim, a Junta tem que trabalhar e a Freguesia também tem que ser eficaz e eficiente, é aquilo que me parece, mas aquilo que está na lei é que só podem integrar nestes grupos de trabalho os eleitos ou em situações excecionais quem os substituir em situação de exceção devidamente justificadas. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado pelo contributo. -----

--- Interveio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte: -----

Não quero ser aborrecido e insistir num aspeto que é formal, mas é do funcionamento, se até essa comissão entrar em funcionamento, é válido o atual regimento, isto é o regimento tem um artigo que explicita claramente que podem ser elementos de uma comissão todos os que participam na lista, se não está dentro da lei, temos pena, mas o regimento tem. -----

--- Interveio a Senhor Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

Mas não está. -----

--- Interveio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte: -----

Então é uma questão que temos que corrigir. -----

--- Interveio a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte: -----

Boa noite Senhor presidente da Assembleia, Secretários, Presidente do Executivo, colegas de bancada, ao público e aos funcionários da Junta que tem o gosto de estar connosco. -----

Esta questão já se colocou em anteriores Assembleias de Freguesia e foi deliberado pela Assembleia de Freguesia, incluir no regimento esta questão exatamente, para facilitar a presença de algumas bancadas mais pequenas nas reuniões das comissões, penso que legalmente a Assembleia de Freguesia é soberana e sendo

Amf
2

uma proposta aceite por todos, a questão não se coloca legalmente, porque eu posso em alguma razão ser substituída numa Assembleia de Freguesia e não nas comissões, eu posso pedir substituições de um dia só, que é o que acontece normalmente nas Assembleias. -----

---- Interveio a Senhor Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

São coisas completamente diferentes, repare, no limite a nossa lista tem 29 elementos, vamos indicar um ou dois, com certeza serão dois, o Senhor Presidente presidirá, um elemento para a comissão do regimento, eu ia indicar o número 27, acha que democraticamente faz algum sentido? -----

---- Interveio a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte: -----

Estou a perceber a sua questão, mas o que é normal acontecer, é ser o primeiro ou o segundo que são normalmente, os que vem às Assembleias de Freguesia. -----

---- Interveio a Senhor Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----




Isso é o que é normal, não é o que a lei diz. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Se nós conseguíssemos avançar já hoje, ser céleres e chegar a um consenso seria o ideal e isto seria positivo para todos. Recordo que a lei está acima do que deliberamos aqui, se a lei é explícita, não temos outra hipótese, mesmo que deliberemos de outra forma, estamos a ser ilegais, é importante termos essa perceção. Já que temos a discussão feita vamos passar à votação da proposta propriamente dita, recordo que a proposta tem a constituição de um grupo de trabalho para a revisão do regimento para o mandato de 2017-2021. -----

A proposta foi aprovada por maioria com 17 votos a favor e quatro abstenções (2 votos do PS + 1 voto do PAN+ 1 voto do BE). -----

O Senhor deputado da CDU, entregou uma proposta à Mesa que passo a ler: -----



"PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO AO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO CULTURAL JOSÉ DE CASTRO"

Em 26 de Novembro do ano corrente, na oportunidade da Romagem Anual ao Memorial José de Castro, teve a população de Paço de Arcos, autarcas presentes e um número significativo de ex-colegas e amigos que privaram com o ator, a grata satisfação de ouvir da parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras o compromisso de irem ser diligenciados todos os passos para que a obra de construção do Centro Cultural José de Castro ser iniciada em 2018, admitindo a sua inauguração, para 16 de Novembro de 2019.

O Dr. Isaltino Morais adiantou ainda que tal seria realizado, não no local inicial nem com o projeto há anos definido, mas sim por obra de adaptação do antigo Quartel dos Bombeiros, dado que não só teria aí uma melhor centralidade como também os custos serão mais reduzidos do que o investimento necessário para edificar um projeto de raiz.

Assim e porque em Assembleia desta UF em abril passado, foi evidente a existência de movimentos organizados que há muito reclamam este equipamento e que este deve ser tornado disponível para a dinamização da cultura local. E porque existem inúmeras entidades, atores e artistas sem um espaço funcional adequado às suas múltiplas atividades, a Assembleia de Freguesia da UFOPAC, reunida na sua sessão ordinária de 20 de dezembro de 2017, aprova a constituição da COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO CULTURAL JOSÉ DE CASTRO à qual competirá:

1. Definir um quadro de referência do qual deveriam, em passo seguinte, serem elaborados, pelos serviços técnicos competentes, os termos de referência para o caderno de encargos de adaptação do antigo Quartel dos Bombeiros aos espaços funcionais a considerar no projeto. Para tal a Comissão deverá ouvir:

a. A atual Comissão de Honra, que integra familiares de José de Castro, vários atores e gente ligada ao teatro, para além de amigos próximos e íntimos do ator;

b. Associações com marcada atividade nos domínios da cultura, com sede na nossa União de Freguesias ou que se pretendam vir a instalar.

2. Desenvolver diligências no sentido de assegurar, que em 2019, à data da inauguração do equipamento, haja condições para se assegurar uma dinâmica cultural dentro das expectativas que estão criadas quer por parte dos agentes culturais, quer por parte da população de Paço de Arcos.

Oeiras, 20 de dezembro de 2017

Rogério Pereira

Líder da Bancada da CDU"

Assim sendo vou também propor à votação para aceitação desta proposta entregue pela CDU. -----

A Proposta foi aceite para discussão aprovada com vinte votos a favor e uma abstenção do 2º secretário da Mesa. -----

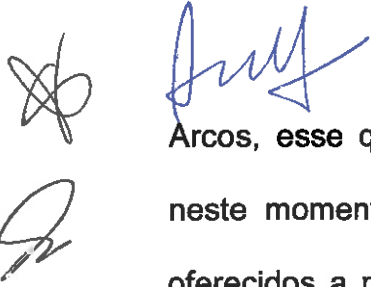
Passo imediatamente à discussão da Proposta. -----

---- Interveio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte: -----

É para fazer o enquadramento dos antecedentes da proposta. Foi enviada a todos os colegas desta Assembleia um texto, uma ata resumida de uma Assembleia realizada em Abril, julgo que estão bem documentados para entenderem o espírito e a letra da proposta que apresentamos. -----

---- Interveio a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte: -----

A única questão que coloco relativamente a isto, é uma questão que já nos tem sido levantada em várias Assembleias de Freguesia, é a questão da localização, porque ao mesmo tempo que agora vem a localização do quartel dos bombeiros de Paço de

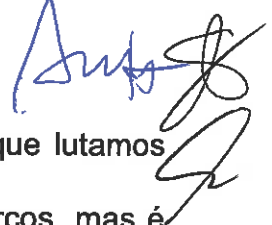


Arcos, esse quartel já foi prometido para várias associações e a minha questão neste momento, nós temos quase dois ex quartéis de bombeiros que já foram oferecidos a pelo menos oito associações e estarmos aqui a votar alguma coisa, sem termos algo de concreto sobre isto, penso que temos aqui alguma dificuldade, porque amanhã vem outra associação, a dizer que já lhe foi prometido o quartel de Paço de Arcos e nós ficamos aqui depois de aprovar, com uma situação que é profundamente desagradável para a Assembleia de Freguesia, penso que uma das primeiras coisas que teríamos de fazer e com certeza aprovar tudo aquilo que seja a construção do auditório José de Castro que já está prometido há qualquer coisa como vinte e cinco anos e faz todo o sentido que seja construído, mas definir de uma vez por todas, qual é a utilização que vai ser dada ao quartel dos bombeiros de Paço de Arcos e ao Quartel dos Bombeiros de Oeiras, eventualmente porque senão, não tarda temos o mesmo problema multiplicado por várias associações. -----

--- Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS, para dizer o seguinte: -----

Há várias forças ao longo do tempo e compreende-se porquê, quem souber quem foi José de Castro e a importância de um equipamento destes, mas há várias forças que vêm a lutar por isto com toda a pertinência ao longo dos tempos, a CDU é uma delas, tenho assistido, a Voz de Paço de Arcos é outra, tenho assistido e há outras, portanto, há várias pessoas da sociedade de Paço de Arcos e de Oeiras que acham que é o mais pertinente possível realmente, fazer um auditório em Paço de Arcos, José de Castro, como homenagem e como equipamento útil à população para aquisição de conhecimento e para aferição das artes. -----

Eu acho é que, naquele edifício na minha ótica, não sou arquiteto, perdoem-me o termo, é horrível, sei que os arquitetos alguns são muito bons, outros não são tanto, como prova nas ruas, mas outros são muito bons e podem fazer dali um milagre, mas no fundo é quase uma coisa de raiz, se for o milagre que se consiga fazer, é



preciso cautela com esta convicção que eu tenho e todos nós temos que lutamos por esta coisa, com destaque para a CDU e para a Voz de Paço de Arcos, mas é preciso perceber o que é que vai sair dali, mais ainda quando e aqui, completando a intervenção da minha colega Joana Santa Marta, o Presidente Isaltino Morais, eu sou testemunha, disse-nos que vai fazer realmente ali, decidiu, nós vamos ter aquele equipamento, convém perceber é se além deste auditório que não é a mesma coisa que um centro cultural, atenção, há uma diferença brutal entre o auditório e o centro cultural e eu vejo é um centro cultural, não é um auditório, aquilo que nós precisamos ainda por cima, quase no centro do concelho de Oeiras que é Paço de Arcos, é um Centro Cultural, é preciso uma coisa que tenha espaço para oficinas, espaço para residência de artistas, espaço para concertos, projeção de filmes, para teatro, enfim, nunca mais acaba, acho que isto é importante, mas agora é importantíssimo avançarmos e a Assembleia decidir, independentemente de a quem aquele edifício está prometido, o Presidente da Câmara disse que era ali, eu acredito. -----

A partir daqui chamo-vos a atenção para outra coisa, eu acho que o que nós precisamos em Oeiras para além do auditório José de Castro, ou então juntar dois em um, é de um auditório municipal, nós não temos um auditório com a dimensão e com a dignidade do Município. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Está a divergir do assunto, é que temos uma ordem de Trabalhos apertadíssima e muita coisa para falar. -----

----- Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS, para dizer o seguinte: -----

Muito sumariamente, esta oportunidade, julgo que devíamos, utiliza-la para não deixar fugir uma outra, é só por isso que eu trouxe esta questão. -----

----- Interveio o Senhor Miguel Campos do IOMAF para dizer o seguinte: -----

Handwritten signature

Handwritten mark
Handwritten mark
Dizer só que, em relação à construção do auditório ou do centro cultural José de Castro, nós já há doze anos que acompanhamos esta situação e é verdade que a CDU tem sido uma força viva desta luta, nós somos a favor desta construção e de todo o processo, mas parece-nos um bocadinho prematuro criar uma comissão sobre um assunto em que ainda não existe nada de definido, é verdade que houve essa promessa, mas é verdade que o quartel dos bombeiros de Paço de Arcos, está envolto em muitas questões, assim como o de Oeiras, não são da Câmara ainda, ainda há um processo muito complexo para chegar até lá, se criarmos já esta comissão parece-nos prematura e um encargo grande para a Junta, a seguir vamos discutir o orçamento e a perspetiva do orçamento é poupar e conseguir economizar, nesse espírito e percebendo nós que é importante este centro cultural, é um equipamento que faz sentido, parece-nos é um bocadinho prematuro criar a comissão. -----

---- Interveio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte: -----

Eu ia dizer sobre este caso que está prometido o auditório José de Castro, exatamente aquilo que acabou de dizer o colega Miguel Campos, porque o Senhor Presidente, eu acho que não vale a pena estar a criar comissões, enquanto as coisas não estiverem absolutamente definidas. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado, pela sucinta proposta. -----

---- Interveio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte: -----

Penso que ninguém leu o documento que eu enviei e deu pouca atenção ao conteúdo da proposta, porque a proposta vai exatamente no sentido de aglutinar todas as expetativas dos artistas, dos atores, das associações relativamente aquilo que deve ser um caderno de encargos para a construção, primeiro ponto. -----

Amf
S
S

Segundo ponto, eu tenho que respeitar o compromisso do Senhor Presidente da Câmara, ele assumiu, ele orientou as coisas, certamente conseguirá dar os passos para cumprir esse compromisso, não tenho que o por em causa, a CDU mantém toda a proposta sem lhe retirar uma linha de texto. -----

--- Interveio o Senhor Mário Gomes do IN-OV para dizer o seguinte: -----

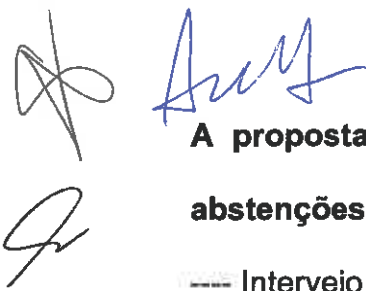
Só quero dizer que toda esta polémica - não tenho grande conhecimento dela - como sabem sou novato nisto, sei que há um ano atrás, os bombeiros tinham litígio com a Câmara, por causa deste auditório, por todo o respeito pela cultura, acho que devemos apostar na cultura e é uma das bandeiras do IN-OV apostar na cultura, como se diz na minha terra, não andamos com a carroça à frente dos bois, vamos com calma, vamos ver, vamos aguardar e tenho a certeza que vamos apostar na cultura a seu tempo. -----

--- Interveio a Senhora D. Maria de Fátima Filipe para dizer o seguinte: -----

É só para corroborar as palavras do companheiro Rogério Pereira, eu estive na sessão de homenagem ao José de Castro, onde estive o Senhor Presidente Isaltino Morais e estive o ilustre membro do Executivo Artur Campos e portanto, ele pode exatamente dizer que o Senhor Presidente da Câmara, fixou a data de inauguração do futuro auditório, fixou a data que seria dentro de dois anos, eu não tenho nenhuma razão para duvidar que o Senhor Presidente da Câmara, não vai fazer tudo o que esteja ao seu alcance para inaugurar o auditório José de Castro dentro de dois anos, faz todo o sentido constituir a comissão, ver junto do Executivo da Câmara como está o processo e apresentarmo-nos como uma comissão que vai acompanhar esse processo. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Vamos pôr esta proposta à votação. -----



A proposta foi chumbada com 16 votos contra e 4 votos a favor e zero abstenções. -----

--- Interveio o Senhor Miguel Campos do IOMAF para dizer o seguinte: -----

As primeiras palavras o Senhor Presidente vai gostar, porque são os parabéns à Mesa, pela iniciativa da inscrição do público que foi muito profissional, acho que todos nós reconhecemos que foi realmente uma boa iniciativa, mas não podia deixar de dizer outras três coisas, que naturalmente, não implicaram, nem prejudicaram a ordem de trabalhos e aquilo que já trabalhamos até aqui, mas para dizer só que, em relação à convocatória houve um erro de forma, para não deixar passar e também para que não se repita, dizer só que a intervenção do público e o PAOD não fazem parte da ordem dos trabalhos, mas sim antes, acredito que não seja novidade, mas é só para ficar a referência desta situação. -----

Depois também, em relação à questão da reunião de líderes, habitualmente a reunião de líderes antecede as Assembleia para discutir os pontos de ordem, houve uma conferência de líderes que houve um, que não esteve presente, mas todos os outros estiveram, onde se falou sobre a reunião extraordinária, mas não ficou muito claro em relação à segunda reunião ordinária e portanto, dizer que a reunião de líderes também é importante para estas questões se debaterem e não acontecerem.

A terceira é só uma curiosidade, uma dúvida, porque é que nós assinámos duas vezes hoje, não há problema nenhum em assinarmos duas vezes, é muito bom aproximarmo-nos da Mesa, sentimo-nos mais próximos, mas efetivamente, era só uma dúvida que queria que me esclarecesse, no fundo estas questões são todas dirigidas ao Senhor Presidente. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Em primeiro lugar quero agradecer, porque tudo o que desse lado vem para melhor é bem-vindo, é sentido o que lhe digo. -----

Em segundo lugar, após a emissão desta convocatória apercebi-me disso, *mea culpa*, assumo perfeitamente isso, obviamente o PAOD está antes, em boa verdade nem é suposto vir cá escrito, porque o PAOD faz parte do regimento e, portanto, é algo que nem é necessário estar formalmente na convocatória. -----

Em terceiro lugar, a reunião de líderes. Nós temos muito pouco tempo e esse tem sido um problema, o tempo tem corrido com muita velocidade, tudo isto está a acontecer a grande velocidade, pelo menos falo por mim, não falo por mais ninguém, tenho pouca experiência nisto, é natural que algumas coisas falhem, humildemente reconheço, mas seguramente vai voltar a acontecer. -----

Em último lugar, tem exatamente a ver com a inexperiência, ou seja, o que quisemos agilizar no sentido de fazer com que o público tivesse acesso mais facilitado, também quisemos fazê-lo para nós. De facto nós gostávamos que a partir de agora, (não dissemos foi atempadamente à Senhora D. Filomena e portanto acabou por a senhora começar a fazer, lá está, o que é habito fazer). Nós gostávamos de quebrar esse hábito e a partir deste momento, reproduzir o que faz a Assembleia Municipal que é, virem aqui acima à mesa, nós vamos vendo, como diz em proximidade. -----

Vamos avançar porque o tempo está a correr novamente muito rápido. -----

--- Interveio a Senhora D. Maria de Fátima Filipe para dizer o seguinte: -----

Já agora, na sequência destes pequenos reparos, penso que seria proveitoso de futuro, isto compete à conferencia de líderes que aliás, estou-me a intrometer, mas anteriormente as Assembleias eram marcadas para as oito e meia, para dar uma margem da chegada das pessoas e começar às nove horas, normalmente as ordens de trabalho são extensas, as pessoas gostam de discutir e há um imperativo legal de as Assembleias terminarem à meia-noite, eu sugeria aos líderes de bancada que aqui estão para junto do Senhor Presidente começarem a marcar as Assembleias para as oito e meia para começarem efetivamente às nove. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

A marcação para as nove horas, foi porque era a hora possível, de qualquer forma eu estou cá pelo menos meia hora antes, portanto conseguimos, se Deus quiser, começar sempre às nove, mas fica o reparo. -----

--- Interveio o Senhor Pedro Marques do IOMAF para dizer o seguinte: -----

Em relação ao reparo das assinaturas, na Assembleia Municipal está a folha disponível e nós irmos chegando e assinando sem ser o momento da chamada que acaba por atrasar. -----

A questão que eu tenho é dirigida à Senhora Presidente do Executivo. Tomei conhecimento que tem havido uma onda de assaltos, ali na zona do centro histórico, não sei se já tomou conhecimento disso, foram assaltados vários estabelecimentos durante a noite, a drogaria, o Palácio do Egipto, o centro de massagens na Rua Mestre de Avis, inclusive houve um assalto no multibanco, a informação que me disseram é que houve um assassinato nesse assalto na Rua Comandante Germano Dias, o multibanco ao lado do Garfo, o Senhor Presidente confere que houve um assassinato. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Um assassinato não é um ferido, foi um ferido, houve uma vítima. -----

--- Interveio o Senhor Pedro Marques do IOMAF para dizer o seguinte: -----

Houve um ferido, não é o padrão de Oeiras e por isso, queria só alertá-la, visto que tem assento na comissão municipal de segurança, poder verificar o que é que não está a correr tão bem e o que é que se pode aferir para se evitar, neste momento tenho pessoas no centro histórico que me abordam com medo, por isso gostava de saber. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Não sei se a Senhora Presidente do Executivo, quer dizer alguma coisa, eu neste momento gostava de avançar, mas tem um minuto ou dois para responder, caso queira. -----

---- Interveio a Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

É uma preocupação também, nós vimos isso pelos atestados de residência que estão a entrar, eu não diria dezenas, mas centenas de estrangeiros em Portugal, nós somos um País que não tem grandes recursos, obviamente que as pessoas quando vêm pedir atestados de residência, normalmente querem o rendimento social de inserção e alguns apoios, mas é preocupante, eu tenho um pedido de reunião com a PSP, vamos ver, como sabem a segurança é uma questão da Administração Central, mas que nos preocupa a todos, enquanto cidadãos e temos que estar atentos e é bom que as pessoas se defendam e que estejam avisadas, não sei se tem a ver com esta problemática, mas são muitos, anormalmente muito, porque entre cada dez atestados ou vinte por dia que nós assinamos, eu diria que mais de metade, são de estrangeiros, por um lado, somos um País de acolher bem, também fomos um País de emigrantes, temos que receber bem as pessoas que chegam, mas também sabemos que não temos recursos para prover a todos, não sei se isto tem a ver com alguma situação dessas, o que nós temos percebido nos últimos meses é que a taxa de estrangeiros a pedir atestados de residência é enorme. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Agora sim, vamos avançar para os pontos da ordem de trabalhos, os pontos três, quatro e cinco que, na realidade seriam os pontos um, dois e três. -----

3. Aprovação da ata nº.1/2017-2021; -----

Algum dos senhores desta assembleia tem algum considerando, alguém quer intervir? Não havendo inscrições, gostava que se passasse já à votação para



aprovação desta ata. -----

Aprovação da ata nº.1/2017-2021, foi efetivada com maioria absoluta com 21 votos a favor; -----

4. Eleição do representante da Assembleia de Freguesias na Comissão Municipal de Saúde; -----

Proponho que a votação seja realizada por meio de lista nominal e escrutínio secreto. -----

A Proposta é se aceitam que seja votado por voto secreto? -----

Aprovado por unanimidade por escrutínio secreto. -----

Pergunto aos membros da Assembleia se têm alguma proposta de lista para esta eleição. Temos a candidatura da CDU. -----

"Eleição de representante da Assembleia da União de Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias à Comissão Municipal de Saúde.

Candidatura da CDU:

Porque a Coligação Democrática Unitária sempre esteve presente nas diversas comissões criadas, designadamente, naquelas cuja importância para o bem estar das populações requer forte empenhamento e contributos em trabalho, dedicação, seriedade, empenhamento e respeito pelos objetivos, sendo esses atributos reconhecidos, não só pelas populações, como por parte de instituições e por todas as forças políticas

Porque a nossa candidatura reúne em termos profissionais, o perfil e experiência adequados, a CDU propõe como representante desta Assembleia na Comissão Municipal de Saúde o seu eleito, Rogério Guerreiro Vidal Pereira

Curriculum resumido :

Ana Rita

• 2014/17 – Membro da Comissão Municipal de Saúde, eleito por unanimidade como representante desta União das Freguesias. Para além da sua participação ativa nas sessões plenárias da C.M. de Saúde, desenvolveu, como coordenador do Grupo de Trabalho “Observatório Local de Saúde e Planeamento”, o modelo de indicadores para acompanhamento da evolução da situação da saúde no Município de Oeiras, que veio a ser apresentado em 2 de junho de 2017.

• 1967/69 - Curso de Enfermeiro Militar, com estágio no Hospital Militar Principal (anexo em Campolide);

• 1969/71 – Enfermeiro militar – comissão de serviço em Angola (esta experiência encontra-se relatada no livro autobiográfico de que é autor, “Almas Que Não Foram Fardadas”, editado em 2012, pela “Espaço e Memória – Associação Cultural de Oeiras”;

• 1980 – Como consultor da NORMA (ex – Grupo CUF) participou nos estudos e apoio à implementação de serviços de manutenção de equipamentos hospitalares do SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais;

• 1982 – Dirigiu o projeto de desenho funcional de modelo para o Sistema de Informação da Gestão Integrada dos Equipamentos Hospitalares, dos hospitais associados do SUCH;

• 2003/07 – Como consultor da LISCONSULT (Ex – JOSÈ DE MELLO SAÚDE), integrou a equipa que desenvolveu vários modelos de Gestão da Qualidade e sistema de custeio da gestão hospitalar. Participou em várias conferências, a convite da NPF – Pesquisa e Formação.

Oeiras, 20 de dezembro de 2017”

A segunda candidatura que nós temos para eleição de representante da Assembleia da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias à Comissão Municipal de Saúde, vem do grupo IN-OV, o qual propõe a Dra. Ana Rita



Amaro

Amaro para membro da Comissão Municipal de Saúde. Temos neste momento, duas propostas. Assim sendo, dou cinco minutos à Dra. Ana Rita Amaro para se mostrar e se dar a conhecer aos demais. -----

Interveio Ana Rita Amaro do IN-OV para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite Senhora Presidente e restante Executivo, caríssimos colegas de bancadas, estimado público. -----

Sou assistente social há quase vinte anos, desenvolvo a minha atividade no município, no âmbito do apoio domiciliário e articulo há quinze anos com o centro hospitalar ocidental, do qual faz parte o Hospital S. Francisco Xavier, Egas Moniz e Santa Cruz. Muito obrigada. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Vamos passar neste momento à votação por escrutínio secreto. -----

--- Interveio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte: -----

Esta comissão municipal de saúde, é saúde humana e não humana ou é só comissão de saúde humana? -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

A saúde, na sua definição, é um conceito global e como tal a saúde humana também terá que ver com a saúde animal. -----

Interveio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte: -----

Esta comissão vai propor questões ligadas à saúde de todos os seres vivos?-----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Saúde é saúde. -----

--- Interveio a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte: -----

Eu sugiro que se apresente em alternativa, uma candidatura como A e outra como B, é mais fácil. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

É muito simples – rentabilização do material disponível - vira-se o boletim ao contrário, o **A** é a primeira proposta que foi apresentada pelo senhor deputado da CDU, o **B** é a segunda proposta apresentada pela senhora deputada do IN-OV. Têm em vossa mão dois boletins que erradamente foram propostos para sim e não, nos respetivos boletins vão encontrar a letra A em maiúscula e letra B maiúscula noutra boletim, o que os senhores vão optar, em consciência, é pôr A ou pôr B que estão inscritos manuscritamente e é isso que irão depositar na urna, o voto em A ou B. -----

A D. Filomena vai proceder à chamada e está a mostrar a urna que neste momento, como podem verificar, está vazia. -----

Realizada a votação, vamos proceder à contagem dos votos, convido um elemento de cada bancada, para participar na contagem dos mesmos e após a contagem poderão retornar aos seus lugares. -----

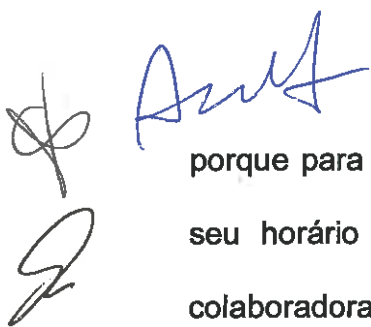
Foi aprovada a proposta B, com a Dra. Ana Rita Amaro a integrar a Comissão Municipal de Saúde da Câmara Municipal de Oeiras, com 11 votos a favor da proposta B contra 10 votos da proposta A. Como é evidente, neste contexto não houve votos brancos nem nulos. -----

Passamos ao ponto cinco da ordem de trabalhos. -----

5. Apresentação, apreciação e votação da Proposta da Junta N.º. 22/2017 relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal para 2018. -----

---- Interveio a Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

Um pequeno agradecimento à Dra. Mónica que, para além de ter feito um grande esforço, relativamente à conclusão do relatório intercalar que é obrigatório como todos sabemos, no âmbito de quando há uma alteração completa dos Executivos, também teve que fazer pelo menos, a parte das despesas fixas, este orçamento



porque para além das fixas há muito mais e nunca regateou o tempo para além do seu horário normal, portanto agradeço-lhe por isso, a ela e a todas as suas colaboradoras, eu diria que foi 99,9% a Dra. Mónica e depois houve outros colaboradores e outras colaboradoras que deram alguma ajuda, particularmente, na parte do pessoal, mas ela teve uma grande dedicação. -----

Esta é uma fase particularmente difícil do início do mandato, para além de termos de enviar uma serie de documentos para o tribunal de contas, também nos deparámos com muitas situações que não estávamos à espera, nomeadamente com diminutas receitas e com elevadas despesas fixas, é um orçamento muito prudente, como já perceberam e eu passava à Dra. Cátia porque ela preparou um PowerPoint para apresentar aos ilustres membros da Assembleia de Freguesia. -----

--- A Senhora Tesoureira fez a apresentação do Orçamento em PowerPoint e disse o seguinte: -----

Boa noite a todos. -----

Como a Senhora Presidente já disse, o orçamento foi fundamentalmente, feito pela Dra. Mónica com o apoio da minha parte, na preparação do orçamento temos que ter em conta, as despesas fixas, nomeadamente vencimentos, água e eletricidade são as que tem mais relevância, temos de ter em conta também, as linhas estratégicas do Executivo, nomeadamente, eventualmente, novos projetos, também na preparação do orçamento temos que nos cingir às regras estabelecidas pelo POCAL, pelo menos ainda este ano é baseado no POCAL, princípio da prudência e no princípio do equilíbrio, relativamente ao princípio da prudência, contendo a receita, quando preparamos o orçamento, a parte da receita é sempre apurada com base na média dos últimos vinte e quatro meses, onde é possível fazer quaisquer projeções futuras, depois de encontrado o valor previsto da receita, fazemos o levantamento de todas as despesas fixas e apuramos as novas despesas com

novos projetos e encontra-se aqui o tal equilíbrio, sendo que o valor da despesa nunca pode exceder o valor da receita, daí ser o orçamento equilibrado. -----

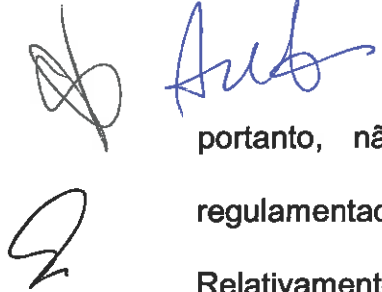
O nosso orçamento é de um milhão e quatro mil, quinhentos e dezasseis euros e noventa e nove cêntimos, para o ano de 2018. -----

Falando aqui na parte da distribuição da receita, essencialmente como vocês todos têm acesso ao orçamento detalhado, relativamente aos impostos diretos, comparativamente ao ano de 2017 para 2018 não sofre alterações, o IMI, relativamente às taxas, multas e outras penalidades, há um aumento significativo que passo a explicar, era receita que não estava prevista no orçamento de 2017, foi contemplado e aprovado em Fevereiro de 2017, portanto no fim de 2016 quando foi feito o orçamento para 2017, este aumento de taxas não estavam previstas, foram aprovadas em Fevereiro de 2017 e agora sim, no orçamento de 2018 já estão contempladas e este aumento significativo para 2018. -----

Relativamente às transferências correntes há uma diminuição, é um reajustamento de um protocolo e de alguma saída dos funcionários que posso explicar melhor na parte da despesa, isto é o tal de receitas correntes. -----

Na parte e na vertente das receitas de capital, o bolo digamos assim, é nas transferências de capital que é ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal de Oeiras. -----

A parte da distribuição da despesa, verifica-se um decréscimo nas despesas com o pessoal, prende-se com o facto, de terem saído quatro pessoas em mobilidade, três saíram para a Câmara de Oeiras e uma pessoa saiu para o Conselho de Ministros, esta parte justifica um pouco, a parte da receita das transferências correntes ter também diminuído, nas transferências correntes também há aqui uma redução significativa, isto porque ainda não foi feito o regulamento com as instituições,


portanto, não fazemos apoios com as instituições, enquanto não estiver regulamentado. -----

Relativamente às despesas de capital, são essencialmente o domínio público, também ao abrigo da delegação de competências. -----

Posso dizer que este orçamento é, apesar de conservador, não deixa de ser ambicioso e equilibrado para conseguir dar resposta aos nossos fregueses. Muito obrigada. -----

--- Interveio o Senhor José Carlos de Oliveira do PS para dizer o seguinte: -----

Senhor Presidente se me permite, eu gostava de fazer chegar as nossas propostas para fazer chegar à Senhora Presidente do Executivo. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Vou dar a palavra ao Senhor Miguel Campos e relembro que cada um de vós, terá cerca de dez minutos. -----

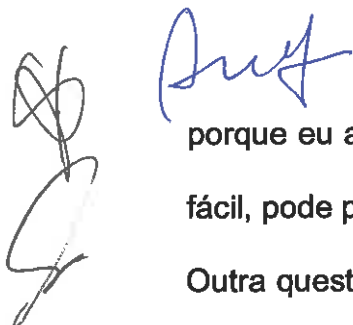
--- Interveio o Senhor Miguel Campos do IOMAF para dizer o seguinte: -----

Gostava de dizer que efetivamente, li o documento na sua íntegra e tomei algumas notas que me pareceram de maior destaque, dado que não vale a pena estarmos a falar de tudo, mas sim de algumas questões, que foram aqui revistas e que tem a ver com a política deste Executivo, não tanto com a componente técnica, mas mais com a componente política, dizer só que, alguns pontos que queria aqui objetivamente colocar. -----

Fala-se muito na área de tecnologias, da inovação na Junta ou na União das Freguesias relativamente ao site, relativamente aos serviços prestados aos fregueses, na possibilidade de transformá-los numa forma mais prática de desmaterializá-los, existe aqui uma rúbrica que aponta para sete mil e setecentos euros, para a questão do novo site da Junta e não fica claro, para além do novo site, o que é que se vai fazer mais, este assunto, é um assunto que na Junta e na União

das Freguesias, neste caso, foi diversas vezes falado, a minha colega Joana está a esboçar um sorriso, porque ela também se disponibilizou muitas vezes para colaborar, essa colaboração nunca foi efetiva, isso a experiência diz-nos que dentro da Junta, muitas vezes não há quadros ou pessoas que tenham esta capacidade para esta área das tecnologias, no Executivo também não há um pelouro das tecnologias, eu pergunto e esta é a questão que eu quero deixar, é como é que vai ser acompanhada a criação do site, como é que vai ser acompanhada a desmaterialização da Junta? Dado que esta é uma área de tecnologias que necessita de uma questão específica de formação, o que tem falhado nos últimos anos é muito isto, o Executivo tem esta iniciativa, tem esta vontade, mas depois falha meios de acompanhar, normalmente entregasse este pedido a uma empresa, a empresa executa, mas depois quem tem conhecimento do negócio, diga-se assim, da União das Freguesias, depois não percebe a tecnologia, depois há aqui uma disfunção entre aquilo que é a necessidade e a procura, é uma preocupação nossa da bancada do IOMAF, mas também penso que é uma preocupação de todos. -----

Outro ponto, tem a ver com o novo edifício sede, existe aqui uma rubrica que prevê vinte mil euros, para reparações ou para instalações que no fundo, não sei se tem já a ver com esta possibilidade da nova sede, independentemente onde eia seja, não sei se já há algum espaço específico para esta possibilidade da nova sede, é reconhecido que a sede atual tem limitações, efetivamente eu acho que, a sede nunca mudou porque nunca se encontrou um espaço melhor, aquela tem limitações, mas não é fácil encontrar outro espaço, falou-se no já famoso quartel de Bombeiros de Paço de Arcos, aponta-se agora, o quartel de Bombeiros de Oeiras, fala-se também na Fundação de Oeiras, digo isto, porque isto é o que se fala, queria que o Executivo nos dissesse, quais são as reais opções para nós conseguimos melhorar,



porque eu acho que se deve mudar desde que se consiga um lugar melhor e não é fácil, pode parecer idílica esta ideia, mas não é fácil. -----

Outra questão tem a ver com as taxas, a interpretação que eu tinha dado das taxas, é que havia um acréscimo das taxas e não, esta perspectiva que a Senhora Tesoureira deu, no fundo este aumento de 50% é reflexo de uma aprovação anterior de Fevereiro e portanto, não estava prevista, sendo assim, a interpretação, a leitura é diferente, mas de qualquer forma deixo também a nota que se o Executivo pretende ter mais receitas, esperamos nós que não seja pelas taxas que venha a aumentar esse valor das taxas numa futura revisão, há o cariz social da União das Freguesias e portanto, tudo aquilo que é cobrado aos nossos fregueses, tentamos sempre que seja o mais acessível possível devido também ao nosso cariz. -----

Depois uma breve referência, fala-se também no documento da internet dois ponto zero, aqui é uma mera referência para quem trabalha nesta área todos os dias e querer dar um contributo, hoje em dia quando falamos que queremos inovar o site ou a informática da Junta para dois ponto zero, dizer que nós já vamos na versão quatro ponto zero, nós hoje já falamos de outras questões, isto para dizer que, para a Junta estar na vanguarda e que quer apostar, isto é um desafio que eu interpreto, eu diria que estarmos na onda de quatro ponto zero, seria mais proveitoso. -----

Em relação à questão do direito de oposição, só fazer uma referência, nós todos sabemos e nesta Assembleia, também provado e demonstrado, existe aqui alguma flexibilidade de todos, não havia se calhar tempo efetivamente, o Executivo já nos disse para fazer, mas em 2018 esperamos que seja diferente e que seja possível, as forças receberem o documento das Grandes Opções e do Orçamento, poderem analisar as mesmas e depois poderem entregar as suas propostas de alteração, não a esse documento já existente, naturalmente que nesta fase, acho que todos

Amf
2

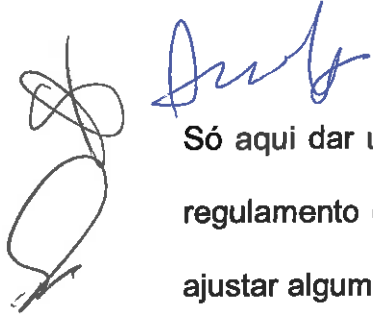
compreendemos, é de senso comum, o tempo não permitiu desde 24 de Outubro até hoje, conseguir proceder a tudo isto, marcar uma reunião extraordinária, uma ordinária, mas queremos deixar a nota que em 2018 esperamos que seja possível fazer este direito de oposição, de acordo com aquilo que está previsto. -----

Também há aqui uma dúvida em relação à questão do pessoal, o quadro de pessoal aprovado é o de 2017, mas existe uma redução no orçamento das despesas com pessoal, mas ao mesmo tempo vai haver um aumento, porque respeitando aquilo que está no quadro de 2017, há entrada de cerca de quatro pessoas para o quadro e quando entram quatro pessoas as despesas aumentam, derivado aos encargos que tem de passar uma pessoa em regime de recibos verdes para o regime de trabalhadora dependente e portanto, tem um encargo superior, nós não conseguimos é perceber ou descortinar, como é que com esta perspetiva de integrar estas pessoas, consegue decrescer as despesas com pessoal, queremos perceber esse decréscimo de despesas com o pessoal que acontece com a entrada de mais pessoas, é aqui uma situação que não estamos a perceber, pedimos que nos pudessem explicar esta situação. -----

Depois uma pequena nota na página sessenta e quatro, a redução do orçamento de um ano para o outro de 2017 para 2018, 1,88% mas no fundo é cerca de 10%, isto é um erro de passagem, diz que há uma redução de orçamento 1,88% mas não, é de nove vírgula noventa e qualquer coisa por cento, mas isto é erro de simpatia, não tem qualquer problema, é só uma nota para corrigir. -----

De momento eram estes os comentários que eu queria prestar e dizer que gostaria de ver respondidas estas questões. -----

---- Interveio o Senhor Pedro Marques do IOMAF para dizer o seguinte: -----



Só aqui dar um reforço do que o Miguel disse, porque nas GOPS tende a rever o regulamento de taxas, está lá explícito e se isso passa por pretender aumentar ou ajustar algumas coisas. -----

No direito de oposição só também uma nota, a questão de a flexibilidade ter existido, foi referido que não foram enviadas nenhuma propostas, mas o IOMAF realmente enviou, com vinte minutos de atraso era meia-noite e vinte, mas enviamos as nossas propostas, ao direito de oposição, a questão da flexibilidade poderia ter dito. -----

Passando agora às questões práticas, é referido a ideia de realizar as reuniões públicas do Executivo, não existem reuniões públicas em Oeiras, lá perguntar se ia haver um esforço para serem feitas, foi dito que não há condições na sede, pergunto se já foi desenvolvido algum esforço de encontrar um local em Oeiras, onde possam ser feitas reuniões públicas, na freguesia de Oeiras que é a maior e que tem metade da população, uma proposta que deixo, porque não pedir colaboração à Câmara por exemplo, para o Salão Nobre onde faz as reuniões de Câmara que não está sempre ocupado e é mesmo ali ao lado? -----

A segunda questão é, estão previstas bolsas de estudo no âmbito das GOP e do orçamento, no entanto, no orçamento prevê-se a redução para metade de quatrocentos, para duzentos euros de bolsas de estudo, a minha pergunta é se estas bolsas de estudo são as que existem em parceria com o Rotary Club de Oeiras que já são atribuídas. -----

Há uma gralha também de simpatia na página trinta e seis que refere as GOP de 2017 e não as de 2018. -----

Já foi referido aqui a questão dos transportes, em que nas GOPS é referido que será feita uma possibilidade de melhoria, numa perspetiva concelhia, o que eu pergunto é se, a União pondera, caso a nível concelhio não seja avançado, há a promessa de no primeiro semestre avançar com a própria? -----

Am...
9

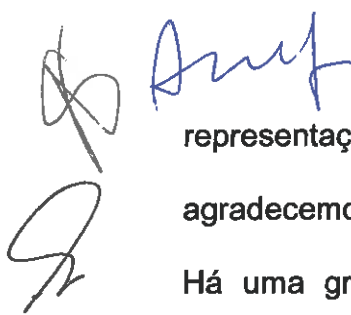
Dar aqui a nota que as medidas para o comércio local, a concretizar-se são boas e podem ter bons resultados, no entanto, é sempre feita aqui a parceria, como parceiro preferencial a ACECOA, eu pergunto à Senhora Presidente e ao Executivo se tem noção de qual é a percentagem de comerciantes, que são sócios da ACECOA e qual é o número? Porque a ideia que eu tenho é que eles não têm representatividade real na União, pelo menos na freguesia de Oeiras, que eu conheço melhor e por isso deverá ser um parceiro privilegiado. -----

Relativamente às feiras, fala em feiras e das feiras, pelo que tenho conhecimento foi terminado o protocolo que existia com a Vilartesanato no Largo 5 de outubro, ia perguntar se estão previstos renovar este tipo de protocolos destas feiras que existem, na altura com Inês Belo. -----

Passando para o orçamento, louvar a redução da fatura dos telemóveis que é substancial, no entanto, notei uma diminuição de 60% na rúbrica de horas extra, é perguntar se é um corte político ou se prevê que há diminuição de trabalho a nível de horas extra? -----

Nas senhas de presença, a Assembleia de Freguesia, passamos de seis mil e quinhentos para cinco mil e quinhentos, ou seja, passamos para o valor mínimo de quatro sessões por ano, cortando comissões, cortando segundas reuniões, pergunto se isso será realista? -----

Existe uma diminuição drástica no apoio às instituições sociais e culturais a nível das ofertas, a rúbrica passa de vinte e sete mil para nove mil, a nível dos apoios, passa de trinta e um mil para doze mil no entanto, passamos do valor de representação de zero euros para onze mil e duzentos, eu pergunto o porquê da diminuição drástica, praticamente para um terço dos apoios às instituições sociais culturais recreativas e afins, mas no fundo passamos a alocar onze mil e duzentos euros para despesa de

 representação, não conseguimos justificar, de certeza que haverá justificação e agradecemos essa justificação. -----

Há uma gralha aqui também, onde é referido o protocolo da Santa Casa da Misericórdia e a Junta de Freguesia de uma trabalhadora do jardim-de-infância, o protocolo é com o centro paroquial de Oeiras. -----

---- Interveio a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte: -----

Eu corroboro com a preocupação do Miguel Campos, relativamente à página da Internet, a Senhora Presidente saberá com certeza e neste momento, já estará feito o levantamento do funcionamento medíocre que há da página da internet e da falta de unificação, entre as três ex Juntas de Freguesia e a União das Freguesias, continuava a haver várias páginas desordenadas e sem unificação, outra coisa que foi levantada na altura e que eu gostaria de salientar e de propor essa preocupação que é, que haja disponibilidade na página da internet para que a Assembleia de Freguesia tenha um espaço para poder também colaborar e fazer chegar as suas posições aos cidadãos. -----

Outra questão que eu coloco, referente às transferências correntes que a nossa tesoureira falou, que estavam à espera do regulamento, para quando está previsto o regulamento para podermos desbloquear essa tranche com a maior urgência possível. -----

Uma questão mais prática, relativamente na página 49 com os objetivos da União das Freguesias diz aqui: "... *promover a demolição de edifício fechado na zona de Caxias*", se a Senhora Presidente me podia dizer qual é este edifício. -----

---- Interveio o Senhor Mário Gomes do IN-OV para dizer o seguinte: -----

Eu quero apresentar um requerimento à Mesa, visto que urge até ao final deste ano a prestação de serviços, cessam até ao final deste ano de forma que é urgente, que nós aprovamos este orçamento, eu queria apresentar um requerimento à Mesa

Aut

nesse sentido. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

A Mesa recebeu um requerimento do representante dos eleitos do movimento de cidadãos IN-OV – Isaltino de Volta da bancada da Assembleia da União das Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e que diz o seguinte: -----

“Requerimento

20Dez2017

Os eleitos do movimento de cidadãos independentes IN-OV – Isaltino Oeiras de Volta, da Assembleia de Freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, vem requerer ao abrigo da alínea b), do número 3, do artigo 23º, do Regimento da Assembleia de Freguesia de Oeiras e S. Julião, Paço de Arcos e Caxias em vigor, que seja votado de imediato a proposta de deliberação n.º 22/2017 relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal para 2018.

Este requerimento tem em consideração a discussão já feita sobre estas matérias, procurando salvaguardar o interesse público, particularmente as atribuições e competências da Junta de Freguesia para 2018, nomeadamente a prestação de serviços que cessam em 31 de dezembro de 2017.

Oeiras, 20 de Dezembro de 2017.

O Representante dos eleitos do movimento de cidadãos independentes IN-OV – Isaltino Oeiras de Volta da bancada da Assembleia de Freguesia de Oeiras e S. Julião, Paço de Arcos e Caxias,

Mário João Rodrigues Gomes”

Neste momento, o PS quer falar, peço que sejam breves. -----

--- Interveio a Senhora D. Maria Fátima Filipe do PS para dizer o seguinte: -----

Senhor Presidente, somos breves, se tivermos que ser breves, este requerimento parece-me extemporâneo, dado que estamos a iniciar a discussão, parece que nos

Arub

querem cortar a discussão, acho extemporâneo e até digo com todas as letras, antidemocrático. -----

--- Interveio a Senhora D. Joana Santa Marta do PAD para dizer o seguinte: -----

Eu corroboro com as palavras da minha colega do Partido Socialista, até porque se nós estamos a pedir urgência e celeridade na discussão, este documento é perfeitamente ridículo, na minha opinião, esquecia já este requerimento e continuávamos a discussão, compreendo que no princípio dos mandatos, às vezes as coisas são feitas sem pensar, o melhor é pensarmos que isto foi um erro e que não seja uma maneira de calar as forças políticas eleitas pela população. -----

---- Interveio o Senhor Pedro Marques do IOMAF para dizer o seguinte: -----

Eu acho que a Mesa, nem deveria aceitar este requerimento, considerando que é ilegal e antidemocrático, a ordem de trabalhos prevê a apreciação, o regimento não prevê que se possa saltar a apreciação, isto é tirar o direito de oposição. -----

---- Interveio o Senhor José Carlos de Oliveira para dizer o seguinte: -----

Quero subscrever as palavras e o sentido das palavras dos meus colegas de bancada, este requerimento é inaceitável. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Posto isto, enquanto Presidente desta Mesa, vou fazer o seguinte, compreendo o que o senhor deputado quer e obviamente, ao contrário do que possam ter acusado sobre alguma falta de democracia ou eventualmente, de acusar até de alguma falta de capacidade de pensamento, o que não está correto e não fica bem nesta Assembleia, penso que aqui o que se quer de facto, é dar a ideia do quanto importante é votar este orçamento. Há, de facto, uma prestação de serviços que a UFOPAC tem de manter e os quais cessam em 31 de dezembro de 2017, se este orçamento não for aprovado haverá uma série de complicações decorrentes disto. Parece-me que é isto que o Senhor deputado quer mostrar e assim sendo, vamos

Amst
9

fazer o seguinte. Vou guardar este requerimento e os senhores vão-me prometer que são céleres nesta avaliação. Tenho a certeza que vamos chegar a bom porto, sendo que, neste momento, apenas temos quinze minutos até à meia-noite que é o prazo legal, sendo que eu irei dar mais quinze minutos, segundo o regimento, de tolerância. Assim temos meia hora. Por favor, vamos ser céleres e corretos a bem da flexibilidade e sã convivência que temos mostrado até agora, é isto que eu vou propor, com o devido respeito, muito obrigado. -----

Senhor deputado do PS, voltando à discussão, por favor. -----

---- Interveio o Senhor José Carlos de Oliveira do PS para dizer o seguinte: -----

Volto à discussão, mas não posso deixar de dizer que a pressão exercida sobre os deputados para concluírem e chegarem à votação, não considero que seja aceitável.

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Vamos novamente ao objetivo, estamos a perder tempo. -----

---- Interveio o Senhor José Carlos de Oliveira do PS para dizer o seguinte: -----

Eu não estou a perder tempo, nem a Assembleia, acho eu. -----

Há aqui uma questão muito importante que é a seguinte, nós para este documento e para avaliar este documento, partimos já de um erro, é que nós não sabemos qual é o quadro da delegação de competências, para poder avaliar este documento particularmente se, compararmos com o disposto na lei, na lei da delegação de competências do regime jurídico das autarquias locais, que é extensíssimo e que aqui não é contemplado, é numas coisas nas GOP e não é noutras, acabo por não perceber quais as competências, em que nós podemos acomodar as nossas propostas e portanto, isso levanta com certeza ao Executivo, levantou muitos problemas, aliás, é meritório a dimensão do trabalho que o Executivo conseguiu fazer, em tão pouco tempo para as GOP e orçamento, não tenham qualquer tipo de dúvida que reconhecemos isso, no entanto, estamos a trabalhar na ótica do Partido



Amuly

Socialista, completamente no ar e aliás, por isso mesmo eventualmente, falta a este documento uma coerência política que realmente indique que há uma reestruturação no melhor dos sentidos, uma modernização também dos sistemas que resolvam os problemas dos cidadãos da União das Freguesias, percebe-se que há uma necessidade, há uma vontade do Executivo de atender aos problemas dos cidadãos, mas depois falta naturalmente em outras áreas soluções que são estruturantes, estas não são tanto estruturantes, na sua maioria, não são tanto estruturante e portanto, não podemos concordar de modo algum com estas GOPS e realmente, custa-nos que tenhamos uns minutos para discutir e aprovar, é que custa imenso, tendo mesmo em conta, há mecanismos para resolver o problema que se está a levantar e que nós não queremos que adquira uma dimensão incontornável ou que não se possa depois resolver, não queremos isso, mas há mecanismos que podem ajudar a resolver isso, para nós podermos fazer uma discussão como deve de ser, nós entregámos a nossa proposta, não vou gastar muito mais tempo, uma vez que a proposta está entregue e o Executivo pode ler essa proposta e acomodar ou não, mas nalguns reparos que estão aqui da nossa proposta, por exemplo uma valorização dos terrados, sem que se perceba porque via e quais os terrados, depois nas receitas há previsão de crescimento de 72,49% salvo erro, porque houve muito pouco tempo para analisar o documento, não é culpa do Executivo repito, mas é muito pouco tempo, estamos a discutir o futuro dos próximos doze meses da União. Depois há a venda, bens e serviços correntes, conviria desagregar para que se perceba, avalia a credibilidade da previsão deste crescimento, há a reforma geral do sistema informático, a verba que está inscrita, acho lindamente que a façam, mas é mais uma reforma que vai existir, convém que seja eficaz, o problema é que o dinheiro que está inscrito não chega nem de perto nem de longe, quem tem contacto

com estas coisas, ou quem percebe a fundo estes mecanismos, acreditem que o dinheiro não chega, para ser eficaz e em forma. -----

Depois, para toda a reforma que tem a ver na informática, na área da comunicação com os cidadãos, nota-se uma preocupação alargada do Executivo na intervenção social, nas várias especialidades, mas desinveste-se no orçamento, baixa o investimento. -----

Os telefones, as comunicações por telefone, seja telemóvel, seja fixo, o que é facto é que, o custo global na nossa opinião está muito além, do que as novas relações das operadoras com os clientes hoje permitem, é possível fazer acordos que permitam baixar drasticamente, o montante de despesa nas comunicações por telefone e telemóvel, sei como é que se faz e posso assegurar-vos que é possível, como sabem. -----

Nas medidas estruturantes que nós entendemos que são estruturantes, não vou avançá-las aqui, estão na proposta que aí está, mas repito que a delegação de competências é uma coisa que temos que perceber, o que é que este Executivo, qual é o quadro da delegação de competências que este Executivo, pretende fazer valer junto da Câmara Municipal de Oeiras, temos de saber isso, para podermos trabalhar, para podermos concorrer para um melhor programa de Executivo e não esquecer nunca, pelo menos registar, nós não esquecemos, partido socialista que a delegação de competências é feita com a locação/ contratação de meios humanos, com a locação de meios técnicos e com os envelopes financeiros e essa reforma, que é uma reforma, permitam-me o termo, brutal, será uma reforma brutal no quadro da lei e da futura lei mais ainda, essa reforma não se faz de um dia para o outro, é uma reforma que é progressiva e que se vai aplicando por áreas mediante um plano desenhado e anunciado naturalmente, atempadamente com a Câmara Municipal de Oeiras. -----



Ault

Para a educação nós entregamos uma proposta específica, acho que é um bom esforço por parte do Executivo, mas, acho que está bastante aquém do que poderia ser, seria para nós vital criar o conselho das comunidades e o conselho das comunidades é simplesmente responder ao que está aí e que ninguém quer responder, ou se querem, não é no formato que nós entendemos que é o mais adequado e particularmente, temos vindo a discutir esse formato com algumas das pessoas das comunidades, mais ativas nas comunidades que realmente, concordam com este quadro, este conselho das comunidades seria inclusivamente, apoiado no gabinete jurídico/ administrativo que pudesse encaminhar, não só as questões e propostas de soluções que essas comunidades apresentam e encaminhar os autores dessas propostas, para as devidas instâncias, não é uma pessoa qualquer do conselho das comunidades, que fala em nome das comunidades, são as comunidades, os seus representantes que são encaminhadas para as devidas instancias para apresentar os problemas e suas soluções, isto não passa só pela Câmara Municipal de Oeiras, como sabemos e que tivesse também esse conselho das comunidades, além desse gabinete de suporte, tivesse também uma grande preocupação na qualificação dos que, não o estando, nas comunidades não estão em igualdade de circunstâncias no acesso ao emprego, esta medida para nós, é uma medida central a que damos a maior importância, gostaríamos também que ponderassem a qualificação do cidadão em geral, com a criação de cursos/ oficinas de formação para todas as faixas etárias em articulação com a escola e a Universidade, ou seja, seria um projeto coordenado com professores da escola e universidade e especialistas das diversas áreas, que seriam: formação política, administração pública, ética, jornalismo, história e artes, de qualquer modo, financiamentos e apoios seria necessário criar um quadro de critérios para os apoios. -----

Amélia

A cultura está na proposta, aqui não me calaria. -----

O transporte social porta a porta, para nós seria extremamente importante com um plano bem delineado, com uma minifrota de mini bus, há pessoas que não vão ter solução nenhuma com transportes públicos, não se vai conseguir ir aos sítios. -----

E depois um programa de Oeiras Cuida com assistência médica domiciliária para os casos de necessidade identificada. -----

---- Interveio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte: -----

Para não repetir algumas das coisas, algumas das quais a CDU está de acordo, eu aproveitaria para colocar três questões de fundo. -----

Uma questão de fundo, tem a ver com o que se encontra referido na página 39, um documento que consideramos ser um documento cuidado com algum detalhe, podemos ter algumas dúvidas e até discordâncias, mas o documento é claro, há evidentemente, alguns aspetos que foram aqui apontados que correspondem a algumas gralhas e isso, não é o importante, mas o que é dito na página 39 leva a aliviar o nosso julgamento, não leva a aliviar o nosso julgamento contra a continuação dos chamados contratos CEI, há uma redução, é referido que essa redução existe, mas desde logo na parte inicial citamos que "*... o incentivo a políticas suscitadas marcadas pela responsabilidade social e pela contínua integração de colaboradores ao abrigo de contratos de inserção +*" a CDU não pode de forma nenhuma, aprovar um orçamento que passe pela continuação deste tipo de contratos, porque lembramos que a uma necessidade permanente de serviço, deve corresponder um posto de trabalho com vínculo efetivo. -----

Um segundo aspeto, eu considero que é um desfasamento relativamente à nova legislação dos transportes, porque quando o que está escrito no ponto quatro, nesse capítulo dos transportes, não leva em linha de consideração com a nova lei 52/2015, a tutela sobre os transportes públicos, o que está escrito em matéria dos transportes

não tem a mínima ligação com a lei atual, a lei atual remete exatamente para os municípios, remete para as autoridades intermunicipais, donde a possibilidade do município delegar algumas dessas competências na área intermunicipal, é uma possibilidade que a lei faculta, agora não podemos concordar de forma nenhuma, é que os circuitos internos, as carreiras internas que partem e chegam a pontos dentro do concelho, deixem de ser uma responsabilidade do município ou da autarquia. ----

Por último, duas questões, igualmente de fundo, que tem a ver com o que o PS já referiu aqui e que tem a ver com delegação de competências, em inúmeras passagens deste orçamento e até na sua introdução, é referida a baixa receita, temos receitas muito abaixo das necessidades, isto é referido em várias passagens, até nomeadamente, para justificar a revisão da tabela de taxas e licenças, eu lembro que se fosse cumprida a lei 75, seria possível arrecadar receitas por um conjunto de possibilidades que a lei determina que as freguesias passem a ter, eu posso ler algumas delas, porque tinha preparado, não para intervir, aquilo que foi referido aqui sobre a pressão para podermos apreciar este documento, não me impede de dizer coisas que a nossa bancada consideramos importantes, no n.º. 2 do art.º 132º da lei 75 "*...a possibilidade da freguesia poder negociar com a Câmara, arrecadar receitas em processos tão significativos como podiam ser a utilização da ocupação da via pública, a afixação de publicidade de natureza comercial, a atividade de exploração de máquinas de diversão,*" entre outras. -----

Outra questão, importaria saber até por curiosidade que essa informação fosse passada a esta Assembleia, sobre quais são os valores que na área da União das Freguesias que a Câmara arrecada e que devia ser arrecadada digamos pela Freguesia. -----

Relativamente à questão e aqui sim, coincidindo inteiramente com a intervenção do Carlos Oliveira, a questão da transferência de competências, é uma questão de

fundo, vejam só isto, Loures tem uma União de Freguesias com quarenta mil pessoas que tem uma transferência do exercício anterior que vai naturalmente, ser continuado para este ano de perto de sete milhões, é seis vezes mais o orçamento desta União das Freguesias, isto não é de outra galáxia, isto é de um concelho que tem uma outra maneira de ver, perspetivar o poder autárquico de o exercer de uma maneira descentralizada. -----

Entrego este documento como declaração de voto. Disse. -----

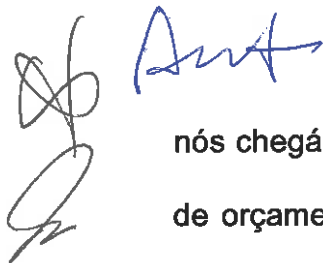
--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Mais algum membro da assembleia tem alguma coisa a dizer? Não havendo mais nenhuma intervenção, passo a palavra ao Executivo, no sentido de o Executivo explicar, na medida do que for possível, os pontos que considere relevantes. Relembro toda a Assembleia que temos quinze minutos, neste momento, estamos a entrar nos quinze minutos extraordinários. Muito obrigado. -----

--- Interveio a Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

Muito obrigada Senhor Presidente. -----

Eu comecei por referir aos senhores e às senhoras que este orçamento, foi um orçamento muito prudente e foi um orçamento prudente por várias razões, uma delas, foi porque não houve tempo para refletir um documento mais aprofundado, porque não houve de facto tempo para o exercício do direito de oposição e recebermos os contributos, porque não há formalmente indicação da Câmara, qual vai ser e como é que vai ser a delegação de competências, portanto, nós tivemos que fazer o orçamento com base naquilo que estava assinado e não naquilo que vai ser e há uma coisa, que eu acho que já fui clara numa das reuniões de Executivo públicas que é o seguinte: esta Presidente não aceita delegação de competências de transferência de verbas ou vem o pacote inteiro ou verbas não, porque quando

Handwritten signature and initials in blue ink, appearing to be 'Ant'.

nós chegámos à Junta tivemos uma reunião cinco ou seis dias depois e das verbas de orçamento relativas a delegação de competências, quer fosse do contrato inter administrativo, quer fosse do acordo de execução, a Junta de Freguesia de Oeiras, leia-se São Julião, Paço de Arcos e Caxias, era das que tinha mais proatividade e mais realização não chegava a ter 47% de execução, portanto, a realidade da Junta que algumas das pessoas que estão aqui conhecem, é que o anterior Executivo é que eram os técnicos superiores da Junta, faziam um trabalho que na minha ótica não deviam fazer, nós estamos lá como políticos e não estamos na Junta como técnicos e portanto, das duas uma, ou há recursos técnicos e capacidade técnica instalada na Junta de Freguesia e para isso, é preciso um conjunto de pressupostos, ou então com esta Presidente da Junta não contam com delegação de competências, porque eu não estou disponível para chegar ao fim do ano e ter uma execução de 30 ou 35% e portanto, as nossas trabalhadoras que são essencialmente senhoras para além dos assistentes operacionais, não têm tido formação pelo que eu tenho percebido, não há praticamente formação das assistentes técnicas e dos assistentes operacionais estou um bocadinho mais desinformada, porque o trabalho deles é de execução prática, mas ao nível das nossas trabalhadoras, percebo que não há praticamente formação, também não quero ser demasiado ambiciosa no que é a atualização do site da Junta, também é preciso haver formação para isso, é preciso saber atualizar, é preciso dotar de conteúdos, é preciso preparar as pessoas e é preciso dar condições logísticas às pessoas, eu acho perfeitamente desumano ter três pessoas a trabalhar em seis metros², se a transferência da Junta, há uma situação que eu posso dizer que não é, para os bombeiros de Paço de Arcos não é, pronto, esse não é de certeza absoluta, poderá ser no futuro a medio prazo, para os bombeiros de Oeiras, poderá ser para a Fundação de Oeiras, poderá ser mais salas onde nós estamos, na vila que

eu acho aquilo, estou a falar pessoalmente, acho aquilo extremamente perigoso de acesso, até para pessoas de mobilidade condicionada, há dias um de nós ia levando com um autocarro em cima, porque estava no passeio a conversar e o senhor ia com pressa e aquilo quase que não tem espaço na largura do passeio para aceder à Junta de Freguesia, isto é um bocadinho como o sistema de transportes, isto é uma rede, tem começar por um lado e evoluir num determinado caminho. -----

Quais são os nossos grandes objetivos? Reestruturação de serviços, dar meios de comunicação modernos às pessoas que passem pelo site, que passem pelo Facebook, que passem inclusivamente pelo facto, dos cidadãos e as cidadãs terem acesso por exemplo, estou a dar um exemplo, não sei se é possível se calhar é, fazerem uma prova de vida de casa, não precisam de se deslocar à Junta, facilitar a vida aos cidadãos e esses são os nossos grandes objetivos. -----

Porque é que se ouve uma referência ao regulamento de taxas? Porque aquilo que eu tenho percebido e aquilo que tenho percebido ainda é muito curto, tem havido alguns problemas, particularmente com as festas de Paço de Arcos, não há uma valorização dos terrados, não há uma valorização dos espaços que as tendas ocupam, também me parece que não haverá com as festas bastante mais modestas de Caxias, isto não pode ser porque aquele senhor é muiato, tenho todo o respeito pelas pessoas mulatas e pelos pretos e pelos brancos e pelos chineses que são mais amarelos, mas não é porque aquele senhor é mais louro ou mais escuro paga 50 e o outro paga 100, tem que haver de facto, uma previsão devidamente justificada, para que na medida do possível, não haja, não lhe vou chamar especulação, mas que não haja não só discriminação e também às vezes alguns comentários menos agradáveis, sobre algumas situações que, eu não digo que elas são irregulares, não estou a dizer que vamos fazer, vamos tentar pôr algumas regras nessas situações. -----



Ante

Depois, decréscimo de pessoal, principalmente porque as senhoras que estavam a ser pagas pela Câmara, mas que estavam ligadas aos infantários foram saindo e agora só sobra uma, isto por um lado e a Câmara depois faz a transferência para a freguesia as compensar dos salários que elas deveriam receber. -----

Por outro lado, fala-se também de diminuição de despesas na área social, na área desportiva, enfim uma série de áreas, houve uma indicação que eu dei à Dra. Mónica e que foi o seguinte, isto não é uma linguagem técnica, porque eu não sou economista nem financeira, eu prefiro que não haja desorçamentação de certas rubricas e depois haver alterações orçamentais ao longo do ano e portanto, prefiro que as rubricas que nós temos como certas que vamos gastar aquilo, é aquilo que vamos gastar e essa é a previsão, se houver lugar a revisões orçamentais, obviamente, que elas virão à Assembleia de Freguesia, seja porque a tabela de taxas tem que ser alterada, seja porque a delegação de competências foi aprovada na Câmara e tem valores e pressupostos diferentes dos atuais, seja porque é necessário comprar acima da média do que nós estamos a prever equipamentos informáticos, quer hardware, quer software, quer inclusivamente outras ferramentas que nos possibilitem prestar outros serviços aos cidadãos, virá à Assembleia de Freguesia, nós não estamos aqui a esconder nada, não queremos que tenham qualquer dúvida, bem pelo contrário, as dúvidas que tem agradecemos que nos coloquem. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Peço desculpa, Senhora Presidente, temos cinco minutos para acabar o tempo regulamentar, se a Senhora Presidente achar que precisa de mais tempo, tenho todo o gosto em propor à Assembleia que prolonguemos o tempo que, entretanto, achar que seja necessário, só para não fugirmos do regimento, caso contrário se

todos aceitarem daria mais dez minutos à Senhora Presidente e acabávamos à meia-noite e vinte, se concordam todos com isso. -----

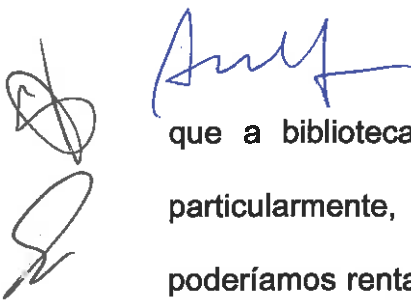
Artur Campos
SC

--- Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

Muito bem, rapidamente, as despesas de representação, penso que todos sabem, eu estou a tempo inteiro na Junta, o vogal Artur Campos, está a meio tempo e aquilo que prevê a lei é que há uma componente fixa de vencimento e há uma componente de despesas de representação, esta é a razão por que vêm despesas de representação. -----

Por outro lado, ainda que gostaria de esclarecer, nós vamos tentar elaborar pelo menos algumas normas ou regulamentos da atribuição de subsídios, assim como a atribuição de terrados das feiras, não deve ser na nossa perspetiva em função da antiguidade ou da simpatia da pessoa, a atribuição de subsídios, estou a falar de subsídios podemos falar em apoios, também tem que ter critérios, nós temos que preparar, entramos há um mês e meio, tem sido um esforço enorme e vamos tentar fazer o nosso melhor possível, enfim, sempre que tenham sugestões para redução de custos e acho que houve aqui um dos nossos colegas o José Carlos Oliveira, que diz que é muito possível reduzir custos com telecomunicações, ouça, nós não temos nada fechado estamos a fazer consultas, embora não possamos fazer concursos públicos oficialmente, porque não temos capacidade técnica instalada para constituir júris, mas estamos a fazer auscultações informais, portanto todas essas auscultações informais de empresas, que queiram trabalhar com a Junta e que nos queiram indicar, nome, morada, eemails, são bem-vindas porque nós estamos disponíveis para isso e não temos compromissos com ninguém. -----

Por outro lado, vamos tentar e era algo que esta Presidente gostaria muito, darmos mais apoio ao nível do incentivo a estudantes que tenham bons resultados e constituir grupos de estudos acompanhados na área da União das Freguesias, sei



que a biblioteca prolongando horários, nós vamos ver o que podemos fazer, particularmente, se conseguíssemos mudar para umas instalações condignas, até poderíamos rentabilizar alguns espaços para promover salas de estudos, há muitos jovens que não tem condições em casa para estudar, vamos ver dentro daquilo que nós temos e que não se prende, nem se relaciona minimamente com as Juntas de Freguesia de Lisboa, nós temos um orçamento para gerir de oitocentos e tal mil euros, porque eu não posso incluir a delegação de competências, as verbas da delegação de competências é só para a delegação de competências, não pode ser desviado um euro para mais nada, a não ser na pequena percentagem que a Câmara dá à Junta para as despesas administrativas com a delegação de competências, portanto não podemos desviar nada da delegação de competências, portanto é o que temos e o que temos quase 90% é para custos fixos. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Neste momento, atingimos o limite legal extraordinário pelo que vamos cessar este tempo de debate, para que não haja confusões sob o ponto de vista legal. Proponho a toda a Assembleia uma coisa muito simples que tem que ver com o número sete do regimento do art.º 23.º em que refere "*caso os membros da assembleia entendammáximo*" o número seis determina os quinze minutos depois da meia noite, como atingimos os quinze minutos depois da meia noite, vou propor rapidamente, por meio de votação de braço no ar, que esta reunião cesse no máximo à meia noite e trinta, vinte votos a favor e uma abstenção do PAN. Temos neste momento doze minutos, a Sra. Dra. do Executivo tem quatro minutos para proceder a algo que queira esclarecer, de seguida, seguirei para a votação. -----

---- Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

Gostaria de dar mais uma informação rápida, eu concordo em absoluto com o nosso colega da CDU, porque acho um bocadinho desumano aquilo que se faz com os

Amf
G

trabalhadores que andam na limpeza urbana, acho que é desumano pagar-se duzentos e tal euros a uma pessoa que anda a trabalhar num trabalho duro, pesado e complicado, mas é o que é, é o quadro legal que temos, mas concordo consigo, assim como concordo com o Bloco de Esquerda, não foi aqui o nosso colega Vitor, mas foi um outro que apresentou uma proposta na Assembleia Municipal, no sentido de começar a ser estudada a nova divisão das freguesias, eu fui sempre contra, um ano e tal quando se começou a estudar a agregação andei pelo concelho inteiro a lutar contra isso, não resolvemos nada, andávamos a partir pedra, a lutar contra as paredes, mas concordo em absoluto com a posição do Bloco de Esquerda, porque acho que isto é um disparate, independentemente de estar o PS no governo, estar o PSD esteja com quem esteja, acho um disparate. -----

Mas queria se o Senhor Presidente da Mesa me permitir passar a palavra ao Eng.º João Cortesão, para dar uma nota que me parece interessante, do que nós conseguimos recuperar em termos da delegação de competências, que não se iludam, neste momento é só tapar buracos e instalar pilaretes, é o que nós fazemos e limpar umas ruas no centro de Paço de Arcos, pôr os gradeamentos onde é preciso para as pessoas de mais idade, a delegação de competências resume-se a isto, rigorosamente mais nada, mas eu gostava de passar a palavra porque apesar de tudo, estamos há um mês e meio no nosso trabalho e o Eng.º tem números interessantes para partilhar convosco. -----

--- O Eng.º João Cortesão, do Executivo, interveio para dizer o seguinte: -----

Boa noite a todos, relativamente à delegação de competências, nos dois orçamentos, um que foi apresentado no ano passado, são cerca de cento e quinze mil euros na rubrica que está aí, associada a obra pública de conservação e manutenção, posso-vos acrescentar relativamente a isso, nós este ano não vamos atingir os cento e quinze mil euros, isto tem algumas particularidades, quando há

cabimento para se contratualizar determinadas tarefas e depois não são atingidas, posso-vos dar alguns exemplos, nós relativamente às calçadas atingimos um valor, eu estou a dizer o que fizemos, o anterior Executivo e que nós demos sequência e acabámos, foi feito um ajuste direto de cinquenta mil euros, esse ajuste direto, o anterior Executivo executou vinte e dois mil euros e nós novo Executivo executamos vinte e sete mil euros desse ajuste. -----

Relativamente a pilaretes, também designado por estruturas dissuasoras, o nome técnico na construção é dissuasores, nós temos o concurso também foi de quinze mil, aqui tenho quinze mil e novecentos, mas eu julgo que foi mesmo quinze mil e relativamente, a este temos do anterior Executivo foram colocados novecentos e noventa e nove euros de pilaretes, o novo Executivo sete mil trezentos e noventa, nós questionamos, então e o resto do dinheiro, isto somado dá qualquer coisa como oito mil e quatrocentos euros, os pilaretes dependem de pedidos da Câmara não nossos e quem vem de fora, questiona porque é que não transferimos este dinheiro para as calçadas, é preciso fazer cabimentos e com os cabimentos é que depois podemos lançar outros convites, aqui neste caso não esgotámos a verba mas ela ficou cativada dos cento e quinze mil euros, não conseguimos em dois meses descativar a verba e fazer cabimento para outro procedimento. -----

Entretanto, há mais dois ou três exemplos destes que não ficaram esgotados porque não houve pedidos suficientes e depois por outro lado, ficamos com o problema dos cabimentos, o que importa referir muito rapidamente é que o novo Executivo já conseguiu realizar trabalho, trinta e cinco mil e novecentos euros, o anterior Executivo conseguiu realizar quarenta mil, nós fizemos um esforço muito grande sobretudo, onde podíamos atuar que era nas calçadas e há o reconhecimento público que os passeios estão melhores, ainda não estão no ponto, mas estão melhores, era isto que vos queria dizer, o próximo ano vamos estar atentos a estas

verbas, são curtas mas provavelmente os pilaretes não faz sentido fazemos um ajuste para quinze mil euros, ou dez mil, ou oito mil euros. Obrigado. -----

Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Sendo assim e esperando que mais ninguém queira intervir, eu proponha à votação o ponto cinco **Apresentação, apreciação e votação da Proposta da Junta N.º 22/2017 relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal para 2018.** -----

Deliberação: Foi aprovado por maioria com treze votos a favor (11 votos IN-OV + 1 voto do PSD + 1 voto do CDS), cinco abstenções (3 votos do IOMAF + 1 voto do PAN + 1 Voto da BE) e três votos contra (2 votos do PS + 1 voto da CDU). -----

Foi entregue uma declaração de voto da CDU que será integrada na ata. -----

Interveio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte: -----

Eu prescindo da leitura, que de alguma forma eu já a fiz. -----

"Ponto 5 – Apresentação, apreciação e votação da

Proposta da Junta N.º. 22/2017, relativa às GOP – 2018

DECLARAÇÃO DE VOTO

A Coligação Democrática Unitária considera a Proposta colocada pela Junta de Freguesia, um documento claro e cuidado e que revela, pelo detalhe, respeito pelo órgão a quem compete, em última estância, fazer a sua aprovação.

Quanto aos OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS (Cap.II) definidos para as GOP, a CDU subscreve e apoia a grande maioria do seu enunciado. Contudo, não pode, à luz do que sempre a CDU tem defendido, que a Junta da nossa UF mantenha (citamos) "incentivo a políticas gestionárias marcadas pela responsabilidade

social (...) pela contínua integração de colaboradores ao abrigo de Contratos de Inserção e Inserção +.

E nem a referida redução destes contratos, mencionada na página 39, nos leva a aliviar o nosso julgamento quanto aos efeitos perniciosos da sua permanência, na prática corrente das autarquias. Na nossa perspetiva, de alguma forma, são um meio de perpetuar a precaridade. Lembramos que a uma necessidade permanente de serviço deve corresponder um posto de trabalho com vínculo efetivo.

Quanto às ACTIVIDADES PARA 2018 (Cap. III), também aqui a CDU não enjeita vir a apoiar mais de 80% do enunciado bem como os correspondentes valores orçamentados. Mas existem algumas dúvidas pertinentes e questões de fundo, que passamos a enumerar e a referir:

- Quanto às dúvidas :

Questionamos se a proposta, no que se refere ao ponto 4, e em matéria de transportes, certamente um dos principais problemas para as nossas populações, considera que o seu enunciado está em conformidade com a Lei 52/2015.

Em nossa opinião, não está. E não está porque a competência nessa matéria deixou de estar sob a tutela da Administração Central passando o Planeamento do Serviço Público de Transporte de Passageiros para a alçada dos Municípios e para as Áreas Metropolitanas de Transportes. Assim, e contrariamente ao que é referido na página 40, as alterações às carreiras e as novas carreiras, passaram já para a competência do Municípios, ainda que e a CMO possa delegar na Área Metropolitana de Lisboa essas competências. Esta reserva, não nos impede de saudar o relançamento do COMBUS, como é evidente. Neste aspeto, cumpre ainda salientar que todas as carreiras que iniciam e terminam o seu percurso no

território do Município deverão ser planeadas exclusivamente pela Câmara, ouvindo a Junta de Freguesia.

Quanto às questões de fundo :

Ao longo do documento há referências sucessivas à escassez da receita. A CDU lembra que pela aplicação do N.º. 2, do Art.º. 132 da Lei 75/2013 a UF poderia, em condições negociadas com a Câmara, a arrecadar receitas em processos tão significativos quanto poderiam ser as rúbricas: de Utilização e ocupação da via pública; de Afixação de publicidade de natureza comercial; de Atividade de exploração de máquinas de diversão; entre outras.

Se, como seria sua obrigação legal, a CMO transferisse essas competências para a Junta, certamente haveria receita para um orçamento justo na despesa com as "Instituições sem Fins Lucrativos" que, com um recuo de mais de 60% relativamente ao ano anterior, comporta uma verba miserável.

Em matéria de transferência de competências e do cumprimento da Lei 75/2013, referimos, por último, que é inteiramente inaceitável o valor previsto para 2018. São 280 mil euros.

Se compararmos ao valor transferido para uma União de Freguesias com uma população que não chega a 45 mil, para onde vão quase 7 milhões, estamos a falar não de outra galáxia, mas de um Concelho quase vizinho.

Por tudo isto ao voto da CDU será contra esta proposta.

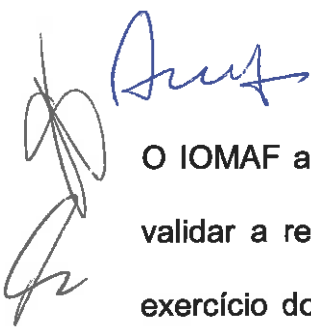
Oeiras, 20 de Dezembro de 2017

A CDU – Coligação Democrática Unitária

Rogério Vidal Pereira "

--- Interveio o Senhor Pedro Marques para dizer o seguinte: -----

Quero fazer uma declaração de voto oral, da bancada do IOMAF. -----



O IOMAF absteve-se porque apesar de estar em comum connosco, não podemos validar a redução da verba do apoio a nível social e cultural assim como o não exercício do direito de oposição, apesar de não ter havido tempo, realmente esse trabalho prévio teria evitado por exemplo, este requerimento que nem sequer fazia parte deste regimento, foi por isso que o IOMAF se absteve dando também o benefício da dúvida ao Executivo que para o ano, de certeza irá corrigir todas estas questões e queremos fazer um trabalho construtivo. -----

--- Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte: -----

“DECLARAÇÃO DE VOTO Assembleia Ordinária de 20 de Dezembro de 2017

O Partido Socialista considera que apesar do mérito da dimensão do trabalho feito pelo Executivo na elaboração das GOP e Orçamento, eles elencam um conjunto de medidas que, em grande parte merecendo o nosso apoio de princípio, revelam, no entanto, a ausência de uma matriz política que lhes dê coesão, são em muitos casos pouco ou mesmo nada densificadas e o conjunto omite várias medidas que sabemos serem de grande urgência para responder aos problemas dos cidadãos desta União de Freguesias.

Além disso, se por um lado o enorme conjunto das medidas vertidas nas GOP aparenta ser de difícil execução para os meios de que a Junta dispõe - mesmo que num cenário a quatro anos - por outro falta-lhes a consistência de outras cuja aplicação seria, de facto, estruturante na vida dos cidadãos e na modernização desta nossa União.

E compreendendo nós a insuficiência dos prazos de que o Executivo dispôs para a elaboração destes documentos, não podemos, no entanto e no interesse do futuro, aceitar que de nós se espere uma análise superficial destes documentos, que merecem uma outra construção, resultante da análise aprofundada, que não nos

permitiram fazer e das contribuições que então poderíamos e deveríamos dar para a sua densificação e representatividade democrática.

Mas sobre estes documentos pesa ainda a total indefinição – e alguma confusão – sobre o quadro da Delegação de Competências que este Executivo está disposto a exigir da Câmara Municipal de Oeiras, no cumprimento do disposto no Regime Jurídico das Autarquias Locais, acompanhadas dos adequados meios humanos, técnicos e envelopes financeiros.

É pelo exposto que somos compelidos a votar contra estes documentos, na expectativa de que o Executivo possa manter a discussão aberta sobre eles, durante um prazo razoável, eficaz, e que simultaneamente sirva os prazos legais e os interesses dos cidadãos.

José Carlos de Oliveira

Maria de Fátima Filipe”

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Por fim e antes de encerrar esta sessão queria informar ainda toda a Assembleia de uma proposta de deliberação da UFOPAC, referente ao seguinte: -----

“Assunto: Representantes na Comissão Municipal de Saúde e é para dar conhecimento à Assembleia da União das Freguesias que o Executivo da União das Freguesias ratificou o despacho da nomeação da vogal Dra. Maria Fernanda Justo Teixeira para a referida Comissão Municipal de Saúde, do executivo da UFOPAC.” --

Feito este reparo resta-me apenas pôr à aprovação a ata em minuta. Queria apenas que votassem sobre a aprovação da ata em minuta. -----

Foi aprovado por unanimidade dos presentes a aprovação da ata em minuta.

A leitura da ata vai passar para além do tempo regulamentar. -----

O Senhor Presidente da Mesa leu a ata em minuta. -----

Amy

--- O Senhor Presidente da Mesa disse ainda: -----

Desejo Boas Festas a todos. Muito obrigado a todos pela vossa flexibilidade. Muito obrigado pelo vosso contributo. Aproveito para avisar - tenham muito cuidado com o que se passa nestas estradas, muito cuidado. É nestas alturas que se morre estupidamente nas estradas. Muita felicidade a todos e muita saúde para as vossas famílias. -----

--- Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

Eu quero agradecer às nossas colaboradoras, à Filomena e à Dra. Mónica, terem-se disponibilizado para este horário tão comprido e quero desejar ao excelentíssimo público a todos e a todas um excelente Natal e um ótimo Ano de 2018, cheio de saúde e coisas boas. -----

--- **ENCERRAMENTO** -----

--- O Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 00h32m, da qual será lavrada a ata. -----



O Presidente



A Primeira Secretária



O Segundo Secretário